



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILA SOUZA DA NATIVIDADE

LIMITES E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS

FLORIANÓPOLIS/SC
2012/2

CAMILA SOUZA DA NATIVIDADE

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Ms. Kathiúça Bertollo.

FLORIANÓPOLIS/SC

2012/2

CAMILA SOUZA DA NATIVIDADE

LIMITES E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES
SOCIAIS

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, orientado pela Prof^ª. Ms. Kathiúça Bertollo.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ms. Kathiúça Bertollo
Departamento de Serviço Social/UFSC
Presidente da Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Liliane Moser
Departamento de Serviço Social/UFSC
1^a Examinadora

Dilceane Carraro
Assistente Social
2^a Examinadora

Florianópolis, 04 de Março de 2013

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a todas as pessoas que me incentivaram e me apoiaram em minha trajetória, antes e depois de meu ingresso nesta Universidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, pois sem ele jamais conseguiria chegar até aqui, jamais conseguiria ter forças para superar os desafios e percalços que superei e, acima de tudo, jamais estaria digitando estas palavras neste momento tão especial de minha vida. Agradeço especialmente aos meus pais, Valdevino e Etelvina, por todo o amor, carinho e orgulho que sempre tiveram de mim, bem como todo o apoio proporcionado por eles em minha caminhada.

A minha querida e amada irmã Claudia, da qual me lembro como se fosse hoje, foi a primeira pessoa a me comunicar e parabenizar por ter passado no Vestibular no ano de 2008, estando sempre presente ao meu lado nestes quatro anos e, até neste momento, me auxiliando na revisão deste Trabalho, com todo o seu conhecimento de Professora de Língua Portuguesa e Mestre em Teoria Literária, adquirido nesta mesma Universidade.

Agradeço a minha família, pois cada membro que a compõe possui um significado imenso para mim. Ao meu amado companheiro Sérgio, por sempre ter sido paciente e compreensivo nos momentos em que não pude estar presente com ele por conta da elaboração deste Trabalho, bem como para me dedicar durante toda a trajetória do curso.

Não poderia me esquecer também de dedicar os meus agradecimentos a minha querida orientadora Professora Kathiúça, que sempre me trouxe ótimas reflexões, com a sua bagagem de sabedoria indiscutível, fazendo com que eu conseguisse aperfeiçoar mais os meus conhecimentos que levarei para toda a vida. Agradeço as Professoras Maria Teresa, Liliane e Dilceane por terem aceitado os convites de participarem da minha banca, bem como por toda a dedicação e respeito que tiveram por mim desde que as conheci. A esta Universidade que me proporcionou momentos inesquecíveis de aprendizado e vivência, trazendo novas oportunidades para aperfeiçoar os meus conhecimentos e adquirir um novo olhar para as pessoas e o mundo.

Dedico um agradecimento especial aos meus amigos que fizeram parte deste processo: Simere, Natália, Amanda, Thiago, Adriane e Thamires. Sentirei saudades do nosso cotidiano em sala de aula e dos nossos almoços no Restaurante dos Servidores.

Agradeço a todas as minhas amigas da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, com as quais vivi intensamente cada dia de trabalho: Sueli, Noemi, Welma, Juliana, Daniele, Edna, Simone, Rosângela e Andrea. Por fim, agradeço imensamente as minhas Supervisoras Elizonete e Nóris por toda a bagagem de conhecimento que

transmitiram para mim e, principalmente, pela AMIZADE que estabelecemos em conjunto, da qual levarei para sempre em minha vida, obrigada minhas SUPERS!

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. (Paulo Freire)

NATIVIDADE, Camila Souza da. **Limites e Possibilidades do Exercício Profissional dos Assistentes Sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade apontar os limites e as possibilidades de atuação dos assistentes sociais na efetivação do projeto ético-político do Serviço Social. Este estudo teve também como embasamento as experiências vivenciadas no campo de estágio na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA/ Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF. Aqui apontamos elementos em relação ao surgimento do Serviço Social e a trajetória histórica da profissão, bem como as políticas sociais enquanto lócus de atuação dos assistentes sociais. O Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção do Código de Ética da Profissão são abordados. No decorrer do trabalho foram sinalizadas as possibilidades de efetivação deste projeto, tomando como referência de análise o espaço de inserção enquanto campo de estágio, que trouxe questões relevantes demonstrando a adversidade de desafios e empecilhos vivenciados pelos assistentes sociais e que acabam por dificultar a consolidação do projeto ético-político profissional. Diante disso buscamos traçar algumas perspectivas e possibilidades que devem ser incorporadas na atuação dos assistentes sociais. No último capítulo serão apresentados e problematizados os limites vivenciados no exercício profissional dos assistentes sociais, o que demonstra o quanto estes profissionais estão subordinados - assim como qualquer outro trabalhador assalariado, às exigências institucionais que são permeadas pela lógica do sistema capitalista. Também são sinalizadas perspectivas de atuação aos assistentes sociais que contribuem ao nosso entender, na concretização do projeto ético-político da profissão. Desta forma, realizamos alguns apontamentos que contribuem com o assistente social no sentido de elaborar estratégias que objetive uma articulação e o apoio com demais segmentos da sociedade civil organizada, visando o fortalecimento da efetivação da perspectiva ética-política que a profissão possui.

Palavras-Chave: Serviço Social, Projeto Ético-Político, Limites e Possibilidades Profissionais.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CASAN - Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento

CBAS - Conselho Brasileiro de Assistentes Sociais

CE - Código de Ética

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

ONGs - Organizações Não-Governamentais

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PC-3 - Projeto de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Social Perimetral Continental

PEC - Projeto Praça de Esportes e da Cultura

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SMHSA - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental

SMHTDS - Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 11
1 O SERVIÇO SOCIAL E AS REFLEXÕES ACERCA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E SUA EFETIVAÇÃO.....	p. 13
1.1 SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DO SURGIMENTO E DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PROFISSÃO.....	p. 14
1.2 POLÍTICAS SOCIAIS: UM LÓCUS PRIVILEGIADO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL.....	p. 25
1.3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA DA SUA CONSTRUÇÃO E DA SUA MATERIALIZAÇÃO VIA DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL.....	p. 27
2 LIMITES E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....	p. 37
2.1 AS POSSIBILIDADES DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	p. 38
2.2 RELATIVA AUTONOMIA PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO DOS LIMITES INSTITUCIONAIS.....	p. 47
2.3 POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS: SINALIZANDO AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	p. 54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 66

INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso serão apresentadas reflexões acerca da efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, cujo tema está diretamente relacionado com a intervenção *dos Assistentes Sociais*, identificando os limites e possibilidades de atuação diante das contradições e conflitos institucionais presentes em seu cotidiano de trabalho, tomando como observatório empírico a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA/ Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF – SC. Será realizado um resgate sócio-histórico do serviço social a fim de perceber como a profissão vem se posicionando e constituindo ao longo dos tempos, analisando as contradições e conflitos vivenciados pelos assistentes sociais. Serão reconhecidas ações que contribuem para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Torna-se um verdadeiro desafio para os assistentes sociais conseguirem trabalhar às demandas imediatas existentes no seu dia-a-dia sem perder o foco na perspectiva de atendimento a médio e longo prazo. Existe, de fato, um conflito em relação à concretização do projeto ético-político do serviço social nos mais variados espaços, tendo em vista a quantidade de desafios presentes no cotidiano de atuação dos assistentes sociais, visto que estes profissionais objetivam realizar a sua prática em prol dos interesses e direitos de seus usuários. Contudo, por vezes, os interesses e as perspectivas institucionais caminham no sentido contrário a perspectiva de trabalho dos profissionais de serviço social.

Buscando contribuir com a superação desta realidade acima mencionada, no primeiro capítulo deste estudo será realizado um resgate sócio-histórico do Serviço Social, a fim de perceber como a profissão vem se posicionando e se construindo ao longo dos tempos, nesse contexto, as políticas sociais são apontadas enquanto um importante instrumento/lócus da atuação dos assistentes sociais. Serão analisadas as contradições e conflitos vivenciados pelos assistentes sociais, reconhecendo quais são os limites institucionais presentes na atuação do Serviço Social.

Em seguida, o objetivo será sinalizar as possibilidades de atuação dos assistentes sociais, apontando como respaldo para a profissão o Projeto Ético-Político Profissional e o Código de Ética da Profissão, que apontam e norteiam a ação dos profissionais em direção a uma perspectiva vinculada a outro projeto societário, mais igual e justo econômica e socialmente. O estudo também tem como propósito reconhecer e apontar quais ações

contribui para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a partir das situações e percepções obtidas na inserção dentro do referido campo de estágio.

Como metodologia de estudo para a elaboração deste trabalho foi utilizada a pesquisa exploratória, bibliográfica e empírica, a partir da observação participante no campo de estágio. Serão utilizadas, para fonte de embasamento teórico as reflexões de Marilda Vilela Iamamoto (2009) quanto à atuação do assistente social nos mais variados espaços em que está inserido, as relações sociais nestes âmbitos, as competências profissionais e a importância que a profissão adquiriu na contemporaneidade. As contribuições de José Paulo Netto (2001), no que diz respeito à conformação da sociedade brasileira, inserida em um sistema capitalista perpetuado por seus monopólios, apontando elementos fundamentais da construção do Projeto Ético-Político da Profissão. Também foram essenciais no percurso deste estudo as contribuições de Ana Maria Vasconcelos (2009), trazendo suas reflexões acerca da prática profissional, bem como Maria Carmelita Yazbek (2009), Carlos Montañó (2009) e Raquel Raichelis (2009). O Código de Ética do assistente social que regulamenta a profissão também foi fundamental na elaboração do trabalho.

O interesse por discutir este tema surgiu a partir das experiências vivenciadas nas disciplinas de “Serviço Social: Instituições e Organizações” e “Processos de Trabalho no Serviço Social em Instituições e Organizações”, ambas cursadas na 5ª fase do curso de Serviço Social. Além disto, a observação participante durante a vivência de estágio na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental teve forte influência, visto que foi neste momento que ocorreu, de fato, a aproximação e articulação da relação teoria X prática, acompanhando a realidade de atuação profissional dos assistentes sociais dentro desta Instituição. Portanto, neste trabalho serão abordadas questões referentes aos conflitos e contradições enfrentados pelos profissionais de serviço social, nos despertando, desta forma, para um debate acerca dos limites e das possibilidades de atuação dos profissionais, respaldados sempre pelo Projeto Ético-Político e pelo Código de Ética do Serviço Social.

1 O SERVIÇO SOCIAL E AS REFLEXÕES ACERCA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E SUA EFETIVAÇÃO

Neste capítulo serão apontados elementos cruciais para entendermos o surgimento do Serviço Social e a trajetória histórica da profissão, acompanhando este processo desde a predominância do pensamento conservador até o momento de desvinculação com a teoria positivista e a ideologia da Igreja, etapa onde a profissão passa a ser embasada criticamente pela teoria social crítica de Marx. Também são evidenciados e problematizados os limites impostos às relações sociais consequentemente, e vivenciado pelo Serviço Social enquanto profissão, no período de predominância do capitalismo monopolista.

Em seguida, as políticas sociais são apresentadas como um lócus privilegiado da atuação dos assistentes sociais, principal instrumento utilizado, o que traz novas demandas para o Serviço Social que se insere enquanto profissão subordinada na divisão sócio técnica do trabalho, atuando diretamente nas mesmas. No entanto, também é por meio das políticas sociais que se torna possível tencionar a ordem socialmente posta a partir dos posicionamentos ético-políticos assumidos pelos profissionais.

Por fim, tendo como objetivo apontar algumas reflexões a respeito do exercício profissional, é realizada uma abordagem referente ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à construção do Código de Ética da Profissão (1993). Ambos trazem para os assistentes sociais uma visão ampliada de mundo, com novas possibilidades de escolha e alternativas possíveis de serem adotadas para ultrapassar os limites impostos para a profissão. O projeto ético-político do serviço social trata-se de um projeto coletivo e societário, que visa alcançar a emancipação dos sujeitos em outro modelo de sociedade a ser construída.

1.1 SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DO SURGIMENTO E DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PROFISSÃO

O Serviço Social é uma profissão que carrega em sua gênese, fundamentos embasados na filantropia e no assistencialismo, conforme a teoria burguesa positivista prega, trazendo ações pleiteadas no formato da ajuda e caridade. Ao realizar uma análise mais profunda acerca da trajetória histórica da profissão, se entende porque esta prática conservadora e tradicional ainda se perpetua nos dias atuais, apesar de que o movimento de ruptura torna-se cada vez mais claro, tendo em vista que o assistente social assume o seu papel enquanto trabalhador assalariado, o que torna “o único elemento diferenciador entre os “antecedentes” e o “Serviço Social profissional.” (MONTAÑO, 2009, p.30).

Não se pode negar, em qualquer que seja a instância de atuação, que o Serviço Social intervém na questão social¹ e suas expressões, estando sempre no ponto de encontro entre a luta de classes, trazendo de um lado os interesses da classe dominante e de outro as demandas da classe subalterna, bem como o Estado que permanece sendo ferramenta pragmática neste contexto. Realizando a leitura e apropriação da trajetória histórica em que o Serviço Social se insere, a partir de Netto (2001), reconhece-se que o Serviço Social, enquanto profissão emergente surgiu da necessidade de intervenção nas desigualdades causadas pela contradição capital X trabalho, próprias do modo de produção capitalista.

O capitalismo perpassa por variadas modificações, afetando principalmente a instância das políticas públicas de interesse da sociedade civil, englobando o Estado nesta perspectiva. Apesar de surgirem estas modificações, que tentam a todo custo “ocultar” a verdadeira face do capitalismo dos monopólios, a perspectiva marxista reafirma o caráter da ordem burguesa, desvendando que o sistema capitalista necessita da exploração e alienação alheia para manter a sua sobrevivência.

O capitalismo monopolista impõe inúmeros limites ao Serviço Social enquanto profissão, que tem por objetivo o enfrentamento desta ordem, trazendo novos paradigmas e

¹ A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômica-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. Para maior aprofundamento, consultar Yamamoto (2004) **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**.

antagonismos. Portanto, a classe dominante objetiva alcançar amplas articulações que garantam a manutenção deste sistema capitalista. É válido ressaltar, conforme Netto (2001, p. 24) expõe, que “a organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*”.

Em suma, a organização dos monopólios, tem por finalidade produzir fenômenos como: o aumento progressivo dos preços de suas produções, o acréscimo nas taxas de juros, acumulação e lucro; maior subconsumo; investimento em setores de maior concorrência; substituição da mão-de-obra pelas novas tecnologias que avançam cada vez mais e, por fim, os produtos passam a custar mais. Logo, estes fatores influenciam nas taxas de lucro que são favoráveis aos monopolistas, que por sua vez, conseguem um aumento a partir da exploração da classe trabalhadora. Neste sentido o capitalismo monopolista passa a influenciar direta e indiretamente as classes subalternas e também o Serviço Social. É nessa perspectiva que o Estado passa a implantar políticas sociais, requerendo desta forma a intervenção do Serviço Social para atender as suas exigências.

É com o surgimento do capitalismo monopolista que se desencadeiam mazelas sociais, atualmente ampliadas. Dois fatores essenciais surgem no período de ascensão do capitalismo monopolista: a supercapitalização e o parasitismo. A supercapitalização trata-se de um “crescimento exponencial desses capitais excedentes” (Netto, 2001, p. 22). Persiste uma dominação veraz do capital com relação ao Estado e suas atribuições perante a sociedade. Já o parasitismo significa a instalação da burguesia parasitária nos grupos monopolistas. :

Articulando o processo da organização monopólica com estas características, torna-se claro o seu perfil *novo* em face do capitalismo de corte concorrencial. Todavia, fica igualmente clara a reposição das antigas contradições que percorriam o seu antecedente, agora peculiarizadas. As organizações monopolistas não promovem a evicção da anarquia da produção que é congenial ao ordenamento capitalista; a “livre concorrência” é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados”. (NETTO, 2001, p. 21).

Pode ser observado nitidamente que o capitalismo monopolista se apropria de toda a riqueza socialmente produzida, controlando a sociedade civil e o Estado, tornando este último, um Estado cooptado pela ideologia da classe dominante e não democrático de direito que atende de maneira universal a seus cidadãos. O monopólio das produções também condiciona suas imposições, colocando o desenvolvimento tecnológico como ferramenta principal para

diminuir a mão de obra, que até então produzia os bens de consumo, trazendo assim mais lucros para os grupos monopolistas.

A intervenção do sistema monopolista está baseada em controlar os mercados, onde o Estado se apresenta como poder no nível econômico. Nesse sentido, o Estado atua com o seu viés econômico no processo de ascensão do capitalismo, correspondendo aos interesses de uma elite dominante que coordena as suas ações. Para que o capitalismo consiga alcançar o seu estágio pleno de desenvolvimento e aceitação, se torna evidente a necessidade de apoio do Estado, enquanto ferramenta auxiliadora e mantedora do capitalismo e de sua exploração compulsória.

Acompanhando o surgimento da questão social e suas mazelas, o Serviço Social aparece, neste primeiro momento da história, como uma forma paliativa de “solução” para os problemas vivenciados pela classe subalterna. Nesse viés, a profissão segue determinados preceitos que tornam a sua prática conservadora, trazendo resoluções imediatas e pontuais, conforme requer o sistema capitalista.

Porém, a partir do amadurecimento teórico da profissão passa a ocorrer um movimento de intenção de ruptura com este Serviço Social tradicional e conservador, ou seja, o Serviço Social passa por sua reconceituação, se tornando desde então uma profissão legitimada, que passa a adotar e seguir uma perspectiva crítica embasada pela teoria social marxista. Todavia, é válido ressaltar que este movimento não foi fácil, rápido, contando com a aceitação universal dos assistentes sociais. A intenção de ruptura do serviço social com o seu viés conservador ainda esta em efetivação.

Essa teoria traz a ideia de que a atuação dos assistentes sociais deve vincular-se a projetos que agem diretamente ligados às demandas da classe trabalhadora, que por estar inserida no sistema capitalista, sofre com a omissão do Estado, que traz respostas focalizadas para a questão social e suas expressões. É nesse viés que, autores como Marilda Vilela Iamamoto (2004) e José Paulo Netto (2004), trazem relevantes questões para serem analisadas, como o fato dos assistentes sociais exercerem sua prática em prol das classes subalternas, ocupando dessa forma, sua posição sócio técnica no mundo do trabalho.

Nesse sentido, Iamamoto (2004) traz elementos cruciais para incrementar esta reflexão, expondo que o Serviço Social tem um significado relevante na sociedade capitalista na qual estamos inseridos, atuando constantemente na reprodução das relações sociais, estando em meio às contradições e conflitos existentes na luta de classes, fazendo-se

necessário entender o Serviço Social como uma profissão inserida historicamente no trabalho coletivo em conjunto com as classes subalternas. É de extrema importância compreender, não somente quais são os aspectos relevantes do Serviço Social enquanto profissão, mas sim identificar quais são as implicações que permeiam a atuação profissional. Portanto, o assistente social possui demandas que trazem a necessidade de sua participação junto aos interesses da classe trabalhadora. De acordo com Montañó (2009, p. 31):

A profissão é compreendida, por esta autora, como um “produto histórico”, e não como um desenvolvimento interno das formas de ajuda, descontextualizada ou apenas, no melhor dos casos, inserida numa realidade social; ela é produtora e reprodutora das relações sociais. “Assim seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e destas com o Estado [...], no enfrentamento da ‘questão social’. É na *implementação de políticas sociais* [...] que ingressa o Serviço Social”, segundo entende Iamamoto, ao avançar, nos anos 1990, suas reflexões sobre a gênese profissional (Iamamoto, 1992b: 2-3). O Assistente Social é solicitado não pelo seu caráter propriamente técnico-especializado de suas ações, mas antes e basicamente pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” [...]. [Assim,] o assistente social aparece como o profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político. (IAMAMOTO, 1992, p. 42).

Nessa mesma lógica, Netto (2001) aponta que elementos econômicos, sociais e culturais de origem burguesa, na época de ascensão do capitalismo monopolista, são condicionantes que admitiram o Serviço Social como uma profissão emergente. Nesse sentido, é necessário reconhecer este marco na história do Serviço Social. É nos momentos em que o Serviço Social intervém sobre e a partir da realidade dos sujeitos, que a profissão alcança o seu principal objetivo, definindo deste modo o seu papel na sociedade e a sua importância no que diz respeito aos enfrentamentos da questão social e suas expressões. O grande desafio imposto para a profissão está concentrado no enfrentamento da questão social decorrente do capitalismo contemporâneo, que traz em sua bagagem as desigualdades encontradas mais intensamente no mundo do trabalho.

A partir do início do século XX, ocorrem as mais variadas transformações sociais que trazem a ascensão do capitalismo junto com os seus confrontos e tensões. Para se adquirir conhecimento e compreensão em relação a estas transformações que permeiam a sociedade, é necessário que haja interlocução com aquilo que a sociedade vivencia, ressaltando que esta mesma sociedade sempre sofreu forte influência das doutrinas da Igreja Católica e da ideologia pregada pela burguesia. Compreender estes posicionamentos e alternativas utilizadas na ação profissional do Serviço Social em seu processo histórico é fundamental

para conseguir observar que este movimento ainda persiste atualmente, porém com novas redefinições. Portanto,

[...] é por demais conhecida à relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro, no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. (YAZBEK, 2009, p. 03).

Tendo em vista a forte influência das doutrinas da Igreja, o Serviço Social apresenta-se em um primeiro momento adepto a este ideário, formulando os seus princípios e executando as suas ações a partir de um viés conservador. Ocorre uma aceitação e adesão, por parte do Serviço Social, à Ação Social da Igreja e ao caráter conservador da teoria social positivista, aderidos de acordo com o que também era proposto pelo Serviço Social norte-americano. É nesse contexto, que ocorre a legitimação do profissional, sendo este assalariado e ocupante de um espaço no mercado de trabalho, que precisará ampliar o seu referencial técnico-operativo para exercer sua prática enquanto profissional, porém de acordo com a perspectiva conservadora.

Yazbek (2009) também aponta que nem as doutrinas da Igreja e nem o conservadorismo podem ser considerados teorias sociais, visto que a doutrina religiosa tem como caráter pragmático defender um sistema de crenças e visão de mundo, bem como também a ideologia conservadora que tem como função apoiar o prevaecimento da ordem capitalista vigente. Em contrapartida:

A teoria social por sua vez constitui um conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social. (YAZBEK, 2009, p.05).

Desta maneira, a teoria positivista busca um suporte teórico-metodológico do Serviço Social, procurando respostas imediatas e pontuais de um Serviço Social altamente clientelista,

paternalista, apaziguador e amenizador das tensões e conflitos. Não se busca em hipótese alguma, no positivismo, um Serviço Social crítico, político, que capacite e potencialize a participação dos sujeitos no processo de transformação da sociedade capitalista. Tão pouco se busca um Serviço Social que realize suas ações para além das aparências, tendo como prática ir buscar respostas através do pluralismo e aprimoramento intelectual.

A teoria positivista não propõe mudanças para a ordem social estabelecida, mas sim requer consentimento, tanto da sociedade quanto do Serviço Social, para com os seus objetivos, trazendo uma representação manipuladora que pretende aperfeiçoar as metodologias de intervenção dos assistentes sociais, visando tecnificar o trabalho destes profissionais, burocratizando cada vez mais as atividades dentro dos mais variados espaços sócioocupacionais.

Os questionamentos com relação ao Serviço Social e o papel que a profissão vem desempenhando, começam a aparecer no decorrer dos anos 1960 em conjunto com a grande expansão do capitalismo mundial e o nível de subordinação da América Latina perante este. Neste momento, surgem as inquietações dos assistentes sociais com relação ao Serviço Social tradicional e conservador existente até então, passando assim por um *Movimento de Reconceituação*² e renovação da profissão em seus mais variados níveis, que ocorre de forma gradual. Neste sentido, surge a necessidade de construção de um novo projeto que visa respaldar as demandas da classe trabalhadora, visivelmente demonstradas em suas mobilizações e reivindicações, bem como atuar na defesa intransigente de seus direitos, principalmente dos sujeitos mais subalternizados. A partir deste momento histórico, o Serviço Social passa a ser embasado pela teoria social marxista, embora sua efetivação ocorra gradativamente.

É válido ressaltar que é neste momento da história que novas fundamentações do exercício profissional e os posicionamentos dos assistentes sociais são deliberados. Na década de 1970, autores como Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto, trazem elementos que explicam o Serviço Social enquanto formação acadêmica e exercício profissional, bem como retratam a atuação profissional em si. Porém, estas questões se modificam e seguem outro norte de produção intelectual do próprio Serviço Social brasileiro, que trazem algumas

² Movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo e as ideologias doutrinárias da Igreja Católica, adotando uma perspectiva crítica vinculada à teoria social marxista. Para maior aprofundamento consultar YAZBEK, Maria Camelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009.

vertentes como explicitação, tais como: a vertente modernizadora, que possui vinculação em seu embasamento de um conservadorismo muito forte, atuando no enfrentamento da pobreza e visando integrar toda a sociedade.

Surge também a vertente fenomenológica, na qual os assistentes sociais passam a atuar na perspectiva do sujeito e comunidade, as pessoas e a convivência em seu cotidiano. NETTO (1994, p. 201) analisa esta vertente “como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão.” Por fim, a última vertente trata-se da marxista que traz a consciência de que vivemos em uma sociedade de classes e que o assistente social configura-se como um profissional que visa atuar em prol das classes subalternas. É a partir desta vertente e da utilização deste referencial teórico que a profissão passa a questionar a sua prática e as suas finalidades no que tange a relação com os movimentos sociais de uma forma geral, se comprometendo em romper com o Serviço Social tradicional.

É na década de 1980, que surgem novas tendências teóricas, sobretudo as de Marilda Villela Iamamoto, na tentativa de articular a teoria social crítica de Marx com a profissão. Iamamoto traz a compreensão do sujeito como um ser que realiza as suas relações sociais a partir de mediações, sendo que estas relações não são percebidas de imediato. Isto ocorre porque, segundo NETTO (1995), ao mesmo tempo em que nossa sociedade esclarece a existência das relações sociais entre os sujeitos, ela também oculta estas relações.

Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições, etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (YAZBEK, 2009, p.10).

Este processo de apropriação da teoria marxista por parte do Serviço Social surge seguido pelos mais variados debates e discussões que ocorrem de maneira acadêmica e organizativa, trazendo uma variedade de tendências divergentes que convivem entre si e são utilizadas constantemente. Portanto, estes debates demonstram ser altamente produtivos para o Serviço Social, que em seu conjunto de ideias e proposições passa a gerar bibliografias próprias, bem como expandir o curso em nível de especialização, mestrado e doutorado. Neste sentido, o Serviço Social vem se aproximando ao campo das ciências sociais, trazendo um

resgate sócio-histórico da profissão que se insere na divisão sócio-técnica do trabalho, bem como ampliando a compreensão acerca do Estado capitalista e suas mazelas, entre outras temáticas.

O Serviço Social também alcançou maior notoriedade em relação às demais profissões e na área da pesquisa, apesar de ser uma profissão com forte característica prático-interventiva. Também é válido ressaltar que o Serviço Social passa por um movimento de maturação, como destaca NETTO (1996, p. 108), que proclama a sua ruptura com o conservadorismo, porém no exercício da prática profissional ainda persistem estas contradições,

Pois, a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. Essa maturidade profissional que avança no início do novo milênio, se expressa pela democratização da convivência de diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos desde o final da década de 1980. Maturação que ganhou visibilidade na sociedade brasileira, entre outros aspectos, pela intervenção dos assistentes sociais, através de seus organismos representativos, nos processos de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (dezembro de 1993). (YAZBEK, 2009, p.13).

Portanto, o reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão se deve não a questão recorrente da filantropia, ajuda e assistencialismo, mas sim, aos processos recorrentes da ordem monopolista. Existem neste contexto, influências na conduta dos cidadãos, para que se adequem aos padrões de vida estabelecidos por uma sociedade capitalista, onde as ações são manipuladas e as tensões nos espaços são amenizadas e apaziguadas pelas instituições.

Em meio a esta totalidade está inserido o Serviço Social. Com o aumento das demandas sócio assistenciais e com a institucionalização das ações, fica evidenciado que os conflitos tem se intensificado cada vez mais, expressando também o crescimento das desigualdades sociais e da pobreza extrema. A partir daí, reconhece-se que a intervenção do Estado e que as medidas tomadas pelo mesmo não são suficientes para preservar e garantir o bem-estar da sociedade. Porém, estas medidas tornam-se eficientes com outro objetivo:

[...] o contorno político dos problemas sociais, abafando, momentaneamente, as tensões e estabelecendo ou fortalecendo vínculos de dependência da população carente para com o Estado através das instituições de cunho assistencial ou previdenciário. Na busca de contornar a desigualdade econômica, reforçando a “sensação” de uma participação mais efetiva do cidadão no poder e nos “benefícios” sociais, o que se obtém como resultado é a reprodução da desigualdade social e do poder segmentado de uma base legitimamente popular. Em suma, apesar de todas as medidas de controle, se acumulam e se reproduzem as expressões de antagonismo

social; apenas suas eclosões se retardam ou se manifestam com uma roupagem, aparentemente, menos violenta. (IAMAMOTO, 2004, p. 111-112).

Para Netto (2001) e Iamamoto (2004), a profissionalização emergente da profissão ocorre por conta do surgimento dos mais variados espaços sócio ocupacionais, onde o assistente social passa a se inserir, trazendo legitimidade para a profissão e, acima de tudo, a ruptura com o Serviço Social conservador. O surgimento da profissão passa a acompanhar o processo histórico do capitalismo monopolista que propiciou a profissionalização do Serviço Social por conta dos conflitos vivenciados pelo Estado burguês com relação à questão social.

É fundamental para este estudo fazer um resgate histórico da profissão que surge, tendo como norte à filantropia, a partir de práticas tecnicistas e burocráticas. É válido ressaltar que o Serviço Social se legitima a partir do embasamento teórico que perpetua a profissão. Podemos considerar que a gênese do Serviço Social no Brasil não se limita apenas à filantropia, mas sim ocorre em conjunto com o surgimento das situações sociais que se instalaram em meio à sociedade e seus meios de produção.

É de extrema importância observar, neste contexto, o movimento de relações amplamente estabelecidas entre o Serviço Social enquanto profissão regulamentada, que possui um projeto ético-político embasado na teoria social crítica marxista. Porém, ainda perpetuam as ações filantrópicas e assistencialistas desenvolvidas de acordo com a perspectiva da ordem burguesa e do sistema capitalista, ao qual estamos inseridos.

Entretanto, não existe apenas uma relação contínua entre as duas posturas profissionais assumidas, mas sim uma relação de ruptura com a postura tradicional e conservadora, que se torna decisiva para a regulamentação do Serviço Social enquanto profissão:

Substantivamente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade. O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (NETTO, 2001, p. 71-72).

É neste sentido que se torna essencial a presença de um profissional como o assistente social, que formule, programe e execute as políticas de cunho social, para que

atendam as demandas da classe subalterna. Estes profissionais não só programam como também atuam diretamente na gestão dos bens e serviços a serem oferecidos. A trajetória histórica da sociedade e a realidade social dos sujeitos nela inseridos instiga o caráter investigativo aos assistentes sociais, fazendo com que o profissional desempenhe suas ações para além das aparências, buscando encontrar a essência dos fatos e relatos, para então intervir na realidade exposta.

Estas dimensões citadas trazem avanços e transformações para a profissão, considerando a questão social elemento que requer a intervenção dos assistentes sociais e que os inclui no mercado de trabalho, se reconhecendo enquanto trabalhadores e não enquanto “voluntários” ou “pessoas que querem ajudar”. Os profissionais estão inseridos em um processo de tecnificação do trabalho, seguindo os caminhos impostos pela lógica capitalista.

Neste sentido, os assistentes sociais passam a assumir a posição de trabalhadores assalariados, atuando a partir de um “novo olhar” sobre a realidade social de seus usuários. O Serviço Social segue com uma renovação e reconceitualização em sua metodologia e seus fundamentos históricos e teóricos, perpassando desde o nível acadêmico até a profissão em si. Portanto, os efeitos e resultados obtidos na prática profissional encobrem o discurso conservador que está por vezes ativo no cotidiano de atuação dos assistentes sociais.

A prática dos assistentes sociais está diretamente ligada às desigualdades sociais que incidem e repercutem na vida dos sujeitos, necessitando trazer respostas para as situações limites. No entanto, isso não é tudo, pois as ações dos profissionais devem proporcionar resultado a médio e longo prazo. O Serviço Social se materializa enquanto agente na elaboração, implementação e execução das políticas sociais oferecidas nos espaços públicos e privados que, por vezes, reforçam o poder das classes dominantes.

É com a implementação das políticas sociais públicas que o Serviço Social consegue desvendar quais são as principais demandas vigentes que perpassam pela profissão e que requerem a atuação dos assistentes sociais. A pobreza se torna a principal temática a ser abordada pela profissão, por conta do crescente número de pessoas que se apresentam em condições de extremo risco e vulnerabilidade social.

Conforme é destacado por YAZBEK (2009), nesse período o surgimento do neoliberalismo trouxe um novo aspecto para a questão social, principalmente no que tange a exploração presente no mundo do trabalho, trazendo assim o terceiro setor e com ele a desresponsabilização do Estado perante a provisão e acesso aos bens e serviços sociais. Os

investimentos públicos no campo da esfera social vêm sofrendo reducionismos e reformas, o que ocasiona uma subordinação das políticas sociais com relação às políticas econômicas, que trazem em seu conjunto às privatizações.

O Serviço Social possui particularidades enquanto profissão que possui uma visão crítica da realidade em que está inserida, da sociedade e das relações entre os sujeitos que nela convive. A profissão se torna emergente tendo em vista a atenuação das lutas de classes e o surgimento das demandas populares, bem como a acumulação de capital concentrado nas mãos da elite burguesa. Realizar esta análise histórica do Serviço Social enquanto profissão legitimada no Brasil traz a compreensão de que, a partir da tendência dominante, a profissão surge como um reforço na subordinação da classe trabalhadora aos interesses da classe dominante. Para Netto (2001), os assistentes sociais são responsáveis pela intermediação entre os bens e serviços sociais prestados e a população, isto é, o Serviço Social surge para mediar às relações entre o Estado e a questão social, através das políticas sociais.

1.2 POLÍTICAS SOCIAIS: UM LÓCUS PRIVILEGIADO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

As políticas sociais trazem à tona o surgimento de novas demandas profissionais e neste espaço o Serviço Social se insere enquanto profissão subordinada na divisão sócio-técnica do trabalho, atuando diretamente nas mesmas. Desta forma, o Estado também exerce um papel contraditório em relação às demandas da classe subalterna, atendendo aos interesses dos grandes monopólios, evidenciando ainda mais a emergência do Serviço Social.

As políticas sociais são espaços privilegiados de atuação dos assistentes sociais, uma vez que por meio delas é possível tencionar a ordem socialmente posta a partir dos posicionamentos ético-políticos assumidos pelos profissionais que as operacionalizam. Existem também as particularidades atribuídas a estes profissionais, que estão inseridos no contexto da acumulação capitalista, não significando que desempenhem “funções produtivas”, conforme Netto (2001) ressalta.

Como é destacado por Iamamoto (2001), as políticas sociais têm sido cada vez mais requisitadas, por conta do agravamento da questão social e do aumento das suas demandas, sendo que, é neste viés que o Assistente Social surge como profissional implementador dessas políticas. Entretanto, no decorrer do processo histórico, estes profissionais vêm sendo requisitados não apenas como meros executores, mas sim, como elaboradores, planejadores e gestores das políticas sociais. Todavia, é um desafio para os profissionais conseguirem desempenhar tais ações, visto que,

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero *emprego*, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas, as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOO, 2009, p. 21).

A política social é vista como uma das respostas para a questão social e possibilita o acesso aos direitos e serviços disponíveis para aqueles que a requisitam. Porém, o discurso ideológico que se perpetua no âmbito das políticas sociais, na prática profissional não possui o mesmo intuito e não consegue modificar de fato o cotidiano e vida dos usuários destas.

Sendo assim, o assistente social está vinculado a este sistema, planejando, operacionalizando e viabilizando os serviços sociais oferecidos para a população, proporcionando apoio para a continuação do funcionamento dessas instituições que apresentam estes serviços.

Nesse sentido, o assistente social desempenha uma função intelectual e política, atuando na mediação entre os interesses do capital e da classe trabalhadora e subalterna, resvalando pelas contradições e confrontos para alcançar a efetivação da prática profissional. É neste viés, que o profissional deve obter um posicionamento crítico em sua atuação, pois:

Pode tornar-se um intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos. Por outro lado, supõe, ainda, uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas: aí, o caráter propriamente técnico subordina-se à dimensão política dessa prática. Portanto, trata-se da necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimação desse exercício profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 95-96).

Desta maneira, considera-se que o assistente social é visto como o profissional requisitado para realizar a articulação entre a instituição que oferece os serviços e os usuários que destes necessitam. É realizada a seleção entre usuários específicos que se encaixam em determinados projetos e programas, todavia alguns não possuem acesso devido à falta de capacidade e recursos do Estado para realizar um atendimento universal. No entanto, o Serviço Social não é visto apenas como uma profissão voltada para o capital, pois ao seguir uma perspectiva crítica de compreensão da realidade, volta sua atuação diretamente para a ampliação do atendimento das demandas da classe subalterna.

1.3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA DA SUA CONSTRUÇÃO E DA SUA MATERIALIZAÇÃO VIA CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Os debates e discussões a cerca do projeto ético-político tem início com a intenção de ruptura da profissão com o conservadorismo, visto que existe pouca produção teórica a respeito deste tema. Quando a profissão passa a adotar uma perspectiva crítica de atuação é construído um projeto profissional renovado e progressista, trazendo novos paradigmas ao exercício profissional. Netto (2001) traz elementos fundamentais para a compreensão acerca da construção desse projeto.

A perspectiva marxista, chamada teoria social crítica, afirma que as ações dos sujeitos, de maneira individual ou coletiva, têm como intenção sempre alcançar objetivos e finalidades, suprimindo necessidades. O projeto ético-político do serviço social trata-se de um projeto coletivo e societário, ou seja, ele apresenta “uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”. (NETTO, 2001, p. 02). Nesse sentido, podemos observar a partir da explicação de Netto, que os projetos societários visam analisar a realidade em seu macro, buscando entendimento a partir de uma totalidade de elementos que resgatem as demandas da sociedade.

Podemos entender os projetos societários como sendo projetos de classe, que também englobam em seu contexto outras determinações, como: gênero, etnia, cultura, etc. Portanto, o âmbito político está permanentemente presente nos projetos societários, bem como também em quaisquer que sejam os projetos coletivos. Estes projetos são flexíveis, podendo se renovar e transformar no decorrer da história da sociedade. Segundo Netto (2001), somente após a conquista da liberdade política, liberdade de escolha, do voto, etc., é que os projetos societários ganharam forte visibilidade e aceitação da sociedade civil, encontrando nestes, a maneira de reivindicar seus direitos.

Entretanto, estes projetos que atendem aos interesses e visam suprir as demandas da classe subalterna, ao mesmo tempo não conseguem diminuir a autoridade da classe dominante e de seus projetos. Desta forma, é válido ressaltar que os projetos profissionais também estão englobados no mesmo contexto que os projetos societários, como no caso do projeto ético-político do Serviço Social. Portanto, os projetos profissionais possuem relevante importância

no que diz respeito aos valores de uma determinada profissão principalmente, para aquelas que possuem embasamento teórico conforme fica evidenciado por Netto (2001):

Os projetos profissionais apresentam à autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2001, p. 04).

Existe uma diversidade de sujeitos presentes na elaboração destes projetos, formados não apenas por profissionais da área, mas sim por organizações de estudantes, pesquisadores, instituições, etc. No caso do Serviço Social no Brasil, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, entre outras organizações, tornam-se responsáveis pela construção do projeto ético-político da profissão. Neste sentido, para que o projeto profissional obtenha visibilidade e adesão, é necessário que a organização de seus profissionais esteja fortemente unida e participativa. Os projetos profissionais possuem dimensões políticas, porém algumas destas não estão explícitas, como no caso daquelas que adotam ideologias e perspectivas conservadoras.

É válido ressaltar que cada categoria profissional possui suas especificidades, sendo que cada profissional tem as suas particularidades, vivendo situações adversas em seu cotidiano, com visões teóricas diferenciadas. As categorias profissionais são permeadas pelo pluralismo, trazendo projetos profissionais diferentes com uma ampla diversidade.

Apesar de existirem avanços com a criação de um projeto profissional, também surgem os conflitos e as contradições. Entretanto, existem categorias que formulam projetos alternativos, mas sem que se tornem exclusivos. Portanto, torna-se indispensável à presença do pluralismo na efetivação e concretização de um projeto profissional, visto que, as ideias e opiniões se expressam em um espaço plural.

Por vezes, o projeto societário hegemônico pode ser contrariado ou mesmo não aceito por alguns profissionais, trazendo divergências entre os demais segmentos profissionais que se apresentam. A resolução destes conflitos e contradições só torna-se possível na medida em que é estabelecido um consenso e união entre as categorias profissionais e os usuários dos

serviços que são planejados, executados e gerenciados por estes profissionais. Geralmente, como é no caso do Serviço Social, estas alianças ocorrem principalmente vinculadas aos projetos da classe subalterna. Estas contradições e divergências que ocorrem entre o projeto societário e os projetos profissionais possuem limitações, estabelecidas predominantemente pelo mercado de trabalho.

Podemos observar, após este resgate do significado dos projetos profissionais, que existe um objetivo a ser alcançado com a criação de um projeto para uma profissão, perpassando por valores, princípios, funções, regras, a imagem da profissão, etc. Portanto, é um aparato de dimensões que devem estar articuladas entre si:

Esta articulação – imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional – é complexa e não se realiza num curto espaço de tempo. Ela exige recursos político-organizativos (já vimos a importância da organização do corpo profissional), processos de debate e elaboração, investigações teórico-práticas (inclusive a análise da relação entre conhecimentos e formas de intervenção) etc. (NETTO, 2001, p.07).

No entanto, o projeto hegemônico de uma determinada profissão perpassa por uma espécie de acordo entre os aspectos imperativos e indicativos. Os imperativos são considerados elementos obrigatórios para o exercício da profissão. Já os aspectos indicativos são considerados elementos não obrigatórios para os profissionais seguirem, não havendo uma aceitação plena de todos para o cumprimento das ações. No caso do Serviço Social, temos como exemplos imperativos, ou seja, obrigatórios, a formação acadêmica e a inscrição na organização profissional (CRESS).

Todavia, existem aspectos imperativos de uma profissão que acabam por não serem seguidos como obrigatoriedade pelos profissionais, como é o caso do Código de Ética em seu absoluto. Existe uma variedade de divergências a respeito dos princípios e normas contidos neste Código, aumentando ainda mais as disputas e os conflitos no interior da categoria profissional. No caso do Serviço Social, é relevante destacar aqui que a profissão já teve em sua trajetória histórica diversos Códigos de Ética (1947, 1965, 1975, 1986 e 1993).

O Código de Ética de 1993, vigente até os dias de hoje, apresenta correções ortográficas com relação à linguagem utilizada no Código de 1986, bem como realiza o reconhecimento da linguagem de gênero. Todas as alterações feitas foram de extrema importância para a reafirmação do Projeto Ético-Político da Profissão. Consta no conteúdo do Código, a respeito das normas que:

Estes instrumentos normativos, que ora rerepresentamos, são a materialização do Projeto Ético-Político profissional construído nos últimos 30 anos no seio da categoria, haja vista que formulados para dar sustentação legal ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, mas que não se restringem a essa dimensão. Pelo contrário, fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista. (CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL, 2011, p.14).

Neste viés, fica evidenciado que o Código de Ética de 1993 surge com o intuito de sanar as insuficiências do Código de Ética de 1986, bem como realizar a atualização do mesmo, visto que ocorrem modificações na realidade em que o Serviço Social se insere de uma época para a outra. Porém, o atual Código teve a responsabilidade de preservar as conquistas obtidas no Código de 1986, trazendo a posição crítica amplamente assumida pela categoria dos assistentes sociais naquele momento da história, considerando também os avanços e resultados referentes às produções e reflexões teóricas acumuladas nestes últimos anos.

Portanto, não se pode negar a importância do Código de Ética de 1986, que rompeu com o conservadorismo, trazendo novos ideais para a profissão, bem como novas competências técnicas. Além de ter evidenciado um processo de deliberação, o Código de 1986 fez parte do projeto profissional do Serviço Social, bem como de um projeto de sociedade. Ele trouxe elementos políticos que exigiam um empenho e um comprometimento ético com as demandas dos usuários do Serviço Social, embasando-se na perspectiva crítica marxista, exigindo assim dos profissionais ações que visem abranger a vontade do coletivo, atuando em prol da classe trabalhadora.

Houve uma imensa variedade de conquistas que se efetivaram com a criação do Código de 1986, dentre elas podemos destacar a recusa do compromisso dos profissionais com os poderes instituídos em seu espaço de atuação. O comprometimento dos profissionais passa a ser destinado diretamente às demandas de seus usuários e a possibilidade de viabilização do acesso aos direitos dos mesmos. Estas mudanças acompanharam o processo de democratização que ocorreu no país nos anos 1980, ocorrendo assim avanços também no que diz respeito aos movimentos sociais e ao fortalecimento político e teórico do Serviço Social.

No entanto, nos anos 1990 a sociedade brasileira fica condicionada ao avanço do neoliberalismo e de suas políticas focalizadas, diminuindo cada vez mais os direitos

conquistados pela classe trabalhadora nas décadas anteriores. Neste processo, ocorre uma desmobilização política muito forte da sociedade civil, trazendo aspectos negadores das conquistas políticas e sociais realizadas anteriormente. Desta forma, surgem novos desafios a serem enfrentados pela profissão.

Em 1993, ocorre a reformulação do Código de Ética, trazendo em seu anseio o enfrentamento ao neoliberalismo e de suas políticas apaziguadoras que visam apenas suprimir demandas em curto prazo. É nesse sentido que o projeto ético-político e suas bases resistem a esse ideário neoliberal que estava se expandindo. Por um lado existia uma parcela da categoria profissional que queria preservar os avanços conquistados em 1986, e por outro existiam os profissionais que objetivavam superar esta fase. Os avanços obtidos em 1986 ficam evidenciados a partir da produção crítica de conhecimento, embasada na teoria social marxista presente na formação acadêmica e no exercício profissional, atribuindo ao assistente social uma intervenção menos fragmentada.

A formulação e implementação do Código de Ética de 1993, precedeu momentos politizadores e de produção coletiva. Sendo assim,

As discussões da década de 1990 colocaram o debate ético no interior dos eventos nacionais da categoria, tais como o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em São Paulo, em 1992, que inaugurou o Painel Temático de Ética, passando a incentivar a produção de uma reflexão sistemática, referenciada em pensadores clássicos e contemporâneos, abrangendo diversos aspectos da profissão e dimensões da realidade e impulsionando a produção da pesquisa no campo da ética. (BARROCO, 2012, p. 50).

Portanto, o debate acerca dos Direitos Humanos ganhou visibilidade, atuando na defesa dos direitos dos trabalhadores e da preservação da vida humana. Surgem os debates apresentando teorias críticas acerca da Ética e dos Direitos Humanos, bem como a ampliação dos Conselhos e as ações dos profissionais direcionadas nesta perspectiva. Portanto, novos elementos surgem trazendo a ampliação do Código de Ética e do Projeto Ético-Político, dos quais a questão ética ganhou maior visibilidade. Nos anos 1990 houve uma expansão dos grupos de estudo e dos núcleos de pesquisa no âmbito acadêmico do curso de Serviço Social.

Estas conquistas e avanços obtidos com o Código de Ética de 1986 e 1993 ocorreram também no âmbito do exercício profissional, trazendo aspectos que renegam o conservadorismo e objetivam romper com a ideologia traçada pelo neoliberalismo. Isso tudo

para ampliar e sustentar a base social, criando estratégias e possibilidades de enfrentamento da ordem burguesa, visando colocar em prática as diretrizes do Código de Ética da Profissão.

O Código é um documento composto por direitos e deveres que norteiam a prática profissional do assistente social, trazendo elementos cruciais para a sua atuação. É essencial que os profissionais se apropriem de um embasamento teórico, fundamentando as suas ações com uma perspectiva crítica, a partir da qual o Código de Ética de 1993 foi elaborado.

Dessa forma, os valores éticos presentes no Código ficam evidenciados no âmbito da práxis. A prática social determina os valores. O trabalho do assistente social tem como objetivo contribuir na instituição de um novo ser social, “um ser social, capaz de agir conscientemente, de forma livre e universal”. (BARROCO, 2012, p. 54). Este ser é capaz de transformar a realidade na qual está inserido.

Portanto, o Código de Ética de 1993 traz para os assistentes sociais uma visão ampliada de mundo, com novas possibilidades de escolha e alternativas possíveis de serem adotadas a fim de ultrapassar os limites impostos e vivenciados pela profissão. A ética profissional passa a ganhar mais visibilidade, sendo possível agir eticamente já que se passa a ter capacidade de agir conscientemente, realizando escolhas a todo o momento. É claro que agir eticamente não é tão simples assim, pois uma variedade de obstáculos se sobrepõe, evidenciando o movimento contraditório que se apresenta para o Serviço Social.

Essa dinâmica contraditória comporta uma negatividade, objetivada pela luta de classes, de forças sociais antagônicas ao capitalismo, de processos contra-hegemônicos, de oposição teórica e prática à ordem vigente. Embora faça parte dessa dinâmica à incorporação dessas lutas, por parte do capital, em busca de sua subordinação à lógica dominante, esse campo de possibilidades é objetivo, variando historicamente, de acordo com as estratégias de recomposição do capitalismo, em face de suas crises, e do acúmulo das forças sociais de oposição. (BARROCO, 2012, p. 55).

Há uma dificuldade inerente de se alcançar a universalidade total da ética em nossa sociedade. É necessário que o assistente social atue de acordo com as condições viáveis para conquistar a objetividade da ética, sem que ocorra o desânimo de que sua realização não será possível de nenhuma forma, sem cair no fatalismo profissional. Muitas conquistas ocorreram, como o caso da Lei de Regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas para os assistentes sociais, que ocorreu por conta das lutas da própria categoria. Outra grande conquista é a própria implantação e implementação do projeto ético-político, que vem alcançando ações significativas no que tange ao exercício profissional.

O Código de Ética traz valores e normas que consolidam os princípios éticos da profissão, e nesse sentido a liberdade e a democracia são dois princípios fundamentais no desenvolvimento deste Código, uma vez que estão articulados entre si e com os demais valores. O valor central do Código de Ética é a emancipação dos sujeitos, sendo que os demais valores se propõem como formas de viabilização desta emancipação. Com relação ao Código de Ética de 1986, os valores fundantes permaneceram, trazendo a concepção de democracia que visa superar a ordem burguesa vigente, socializando a participação dos trabalhadores na distribuição da riqueza socialmente produzida. O Código de Ética Profissional possui articulação entre a dimensão do exercício profissional e da atuação política coletiva, trazendo em seu anseio um projeto de profissão que visa propor uma nova ordem societária.

Portanto, o Código de Ética retrata que a emancipação sociopolítica é diferente da emancipação humana, o que não a torna menos importante neste contexto. Além disso, a emancipação social e política não está desconexa da emancipação humana no Código de Ética. Desta forma, o Código possui dois níveis de orientação da ética profissional.

Esse foi um avanço do CE de 1993 em face do CE de 1986, pois, ao estabelecer as mediações entre os projetos societários e profissionais, ofereceu respostas objetivas ao exercício profissional, explicitando a relação entre os valores essenciais e as suas formas de objetivação no âmbito das instituições, nos limites da sociedade burguesa, partindo do pressuposto que elas não se esgotam em si mesmas: devem ser realizados na perspectiva de seu alargamento, com a consciência crítica de seus impedimentos, na direção do fortalecimento das necessidades dos usuários, tratados em sua inserção de classe. (BARROCO, 2012, p. 60).

Nesse contexto, seguem as ações consideradas contrárias às propostas éticas do Código, que são evidenciadas no mesmo como: o autoritarismo, a discriminação, o preconceito e etc. Também é considerada fundamental a defesa dos direitos e a recusa do arbítrio. Estas mediações de valores e ações viabilizam os direitos sociais através de projetos, programas e políticas. Porém, analisando o Código de Ética percebe-se que o objetivo é não deixar que as políticas sociais se tornem fragmentadas, reproduzindo assim a ideologia burguesa. Desta forma, também é apresentado no Código à ampliação da cidadania que visa garantir os direitos sociais e políticos, sendo ela uma das maneiras de superar os limites da ordem burguesa.

Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar o fato de que o Código de Ética enfrenta limites muito claros para sua total e efetiva implementação dentro de uma sociedade

capitalista, trazendo como fator fundamental para transpor estes limites a articulação entre cidadania e democracia. A aplicação destes valores presentes no Código é a principal dificuldade enfrentada pelos assistentes sociais. O mais importante é realizar a ruptura com a ideologia dominante, trazendo assim plenitude para o conceito de liberdade. Existe uma noção de liberdade distorcida por parte da visão burguesa que aponta o respeito ao individualismo como uma forma de liberdade, fundada por uma sociedade que visa proteger a propriedade privada.

A ideologia burguesa distorce a imagem do coletivo, trazendo a falsa ilusão de que os indivíduos tem capacidade de viverem sozinhos e isolados, sem depender uns dos outros para sobreviver, sem manter relações sociais. Portanto, o capitalismo e a ideologia neoliberal possuem artimanhas que levam os indivíduos ao isolamento e a individualidade. É necessário que o assistente social consiga desmistificar esta falsa compreensão acerca do que é de fato a liberdade enquanto valor ético, percebendo que existem contradições e conflitos em meio às relações sociais, que trazem demandas.

De fato, o Código de Ética demonstra a importância da liberdade, para que os indivíduos consigam “pensar e agir em função dos outros, da sociedade e da humanidade” (BARROCO, p. 63, 2012). Neste sentido, reforçando a liberdade, é possível ampliar a autonomia da atuação dos assistentes sociais, trazendo mais humanização nas formas de relações entre os sujeitos, bem como suas potencialidades.

Pode ser avaliado que os Códigos de Ética de uma profissão necessitam da fundamentação que exalte o valor ético perpassando pelo projeto profissional, sendo que os elementos que constam no Código não podem se limitar a normas e regras, mas devem se expandir e debruçar nas preferências teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais.

O debate acerca do Projeto Ético-Político é recente, ganhando ênfase nos anos 1980 e 1990 em conjunto com a recusa do conservadorismo do Serviço Social. Contudo, o conservadorismo do Serviço Social ganha maior evidencia nos anos 1970, quando a profissão passa pelo seu momento de reconceituação, ganhando como destaque o significativo “Congresso da Virada”³, que teve grande importância para o Serviço Social e para o Projeto

³ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, ocorreu no ano de 1979, trazendo a vinculação dos segmentos profissionais ao movimento dos trabalhadores, rompendo com a dominância do conservadorismo, instaurando na profissão o pluralismo político. **Para maior aprofundamento consultar** NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”. **Serviço Social: ética, deontologia e projetos profissionais**. Lisboa/Madrid/ S. Paulo: 2001.

Ético Político. Neste mesmo momento da história, ocorre uma resistência sistemática a ditadura vivenciada no país, surgindo um movimento de mobilização em massa por parte dos trabalhadores do meio metal-mecânico, conhecido como “ABC Paulista”.

Posteriormente, nos anos 1980, chega o fim da ditadura militar, trazendo um novo momento para a realidade brasileira, que carrega em seu anseio a repressão das demandas populares. Sendo assim, uma série de fatores demonstram que a sociedade, que vem sofrendo com a omissão do Estado, exige mudanças sociais e políticas, ganhando ênfase as mais variadas formas de reivindicação por parte dos trabalhadores através da criação de movimentos populares como as associações de moradores, movimento estudantil, organização sindical, entre outros.

Surgem os confrontos com a profissão, tendo em vista as reivindicações políticas e sociais existentes que rompem com o regime ditatorial. A união das lutas pela democracia, existentes entre a sociedade brasileira e o Serviço Social trazem a construção do projeto profissional, abrindo assim, um leque de possibilidades para a profissão:

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de ideias. (NETTO, 2001, p. 11).

Este movimento teve uma boa repercussão, tendo em vista o aumento significativo do corpo profissional. Todavia, era necessário que outros elementos entrassem em cena para a constituição de um novo projeto para a profissão. Assim, o Serviço Social conquista legitimidade no âmbito acadêmico, expandindo o curso em nível de mestrado e doutorado. Surge um movimento crítico que possibilita a profissão articular com outros cursos, como as ciências sociais, ganhando respeito e visibilidade.

O Serviço Social não é uma ciência, mas sim uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, porém isto não impede que sejam realizadas produções de conhecimento teórico e pesquisa. Portanto, a profissão tem em sua matriz vertentes críticas vinculadas à teoria social marxista, bem como um pluralismo de concepções teóricas e

metodológicas que realizam interlocução com a classe trabalhadora e com os projetos societários vigentes.

Ocorre uma reconfiguração da formação profissional do Serviço Social, trazendo a possibilidade de atendimento das demandas da sociedade, construindo uma nova imagem para a profissão. Foi neste processo de reforma curricular que novos espaços de intervenção surgiram, trazendo assim a amplitude da prática profissional e o reconhecimento da mesma por parte dos usuários. Este movimento ocorre por conta do avanço na conquista pelos direitos sociais, que conseguiram se materializar enquanto instituição porque foram reconhecidas jurídico e legalmente. Sendo assim, foram estes os aspectos que levaram a construção do projeto ético-político da profissão no Brasil.

2 LIMITES E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Nessa seção serão apontadas as possibilidades de efetivação do projeto ético-político do serviço social, trazendo questões relevantes demonstrando a adversidade de desafios e empecilhos vivenciados pelos assistentes sociais. Empecilhos estes que dificultam a consolidação do projeto ético-político profissional. Todavia, são traçadas algumas perspectivas de atuação para os assistentes sociais. As dificuldades vivenciadas pelos profissionais na tentativa de materializar o projeto ético-político estão em uma série de elementos que compõe o sistema capitalista vigente, como a sociedade do consumo e do individualismo que se formou, se sobrepondo a importância dos direitos sociais e humanos.

Em seguida são retratados os limites institucionais vivenciados pelos assistentes sociais. Problematizaremos sobre a relativa autonomia, enquanto profissionais assalariados. São realizadas reflexões acerca dos desafios enfrentados pela profissão, demonstrando o quanto os assistentes sociais estão subordinados, assim como qualquer outro trabalhador assalariado, ao mercado de trabalho, que por sua vez trata-se de um mercado que não está muito interessado na realização de um trabalho com qualidade, mas sim em um trabalho tecnicista, que cumpra metas e que dê conta das demandas a serem atendidas. O item também traz momentos de exposição referente às ações dos assistentes sociais que estão diretamente ligadas e limitadas a determinados meios, como os recursos financeiros, no que diz respeito à realização de projetos, programas e políticas de cunho social.

No último item são sinalizadas as possibilidades de atuação dos assistentes sociais que contribuem para a concretização do projeto ético-político da profissão. Neste momento são realizados apontamentos que orientam o assistente social a elaborar estratégias que consigam expandir o apoio com demais segmentos da sociedade civil, visando à articulação com determinados grupos que possuem a mesma perspectiva ética-política que a profissão. É ressaltado como grande desafio imposto aos assistentes sociais atuar contra a burocratização e tecnificação do trabalho nos mais variados espaços em que estão inseridos, haja vista que esta é uma possibilidade de facilitar o acesso dos usuários aos serviços.

2.1 AS POSSIBILIDADES DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

A partir de Raichelis (2009), fica evidenciado que a esfera pública estatal se destaca como sendo um âmbito significativo na ampla variedade de espaços de atuação do assistente social. Ela apresenta um leque de possibilidades na perspectiva da ampliação dos direitos, apesar das diferentes limitações que vêm sendo enfrentadas pelos profissionais por conta das transformações e avanços do capitalismo contemporâneo, que traz em seu contexto o acirramento da desigualdade social, o desemprego e o ajuizamento da precarização no mundo do trabalho.

Para evidenciar as dificuldades e desafios enfrentados na afirmação do projeto ético-político do Serviço Social na esfera estatal é necessário identificar as demandas do exercício profissional e problematizar a atuação dos profissionais no que se refere ao nível teórico, técnico e ético-político. O Serviço Social está em meio às relações contraditórias e conflituosas entre o Estado e a sociedade civil, das quais surgem os limites e as possibilidades de atuação do profissional, em meio aos atendimentos individuais e ao trabalho coletivo realizado. É válido ressaltar que toda e qualquer profissão está inserida em meio à sociedade, seu movimento e suas relações.

Neste sentido, é fundamental analisar o Serviço Social através dos processos que levaram a legitimação da profissão, apesar dos obstáculos enfrentados pela amplitude do sistema capitalista e a expansão dos monopólios. Os aspectos favorecedores para a legitimação do Serviço Social, enquanto profissão ocorreram a partir da intervenção do Estado burguês em meio à dinâmica das relações sociais vivenciadas pela classe trabalhadora. Deste modo, o Serviço Social entra em cena, intervindo através dos serviços sociais, o que acontece quando o Brasil passa por um processo de industrialização, urbanização e modernização, trazendo elementos cruciais para que as classes trabalhadoras reivindiquem, tanto ao Estado quanto ao empresariado, respostas às suas necessidades e demandas.

Com a criação e expansão das instituições sociais surgem os mais variados espaços de atuação do assistente social, momento do qual o Serviço Social passa a emergir enquanto profissão, tendo como objetivo central intervir no enfrentamento da questão social e suas expressões. Surgem questões relevantes, das quais o assistente social passa a conviver

cotidianamente em seu espaço de trabalho, como a exemplo da fragmentação das políticas sociais por parte do Estado capitalista que traz em suas entranhas o neoconservadorismo.

Como dito, o Serviço Social é uma profissão que se situa em um espaço contraditório e conflituoso onde o Estado intervém sistematicamente na questão social. Neste viés, o Serviço Social se profissionaliza realizando ações investigativas e interventivas, das quais, a dinâmica cotidiana e a organização das atividades prioritárias não ficam completamente sob o controle dos profissionais, mesmo que estes possuam uma relativa autonomia. Desta forma,

Instaura-se, assim, um lugar específico do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, por meio da constituição de um mercado de trabalho que passa a requisitar agentes habilitados para a formulação e implementação das políticas sociais, entre os quais o assistente social. Para os assistentes sociais será reservada, prioritariamente, a relação com os segmentos sociais mais vulnerabilizados pelas sequelas da questão social e que buscam, nas políticas públicas especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes. (RAICHELIS, 2009, p. 03).

Portanto, o assistente social passa também a exercer as suas ações vinculadas à gestão de recursos e implantação das políticas sociais dentro das instituições, suprindo as demandas do sistema capitalista e da classe subalterna. É possível mediar às ações dos assistentes sociais junto aos seus usuários, através das políticas sociais, apesar de em sua grande maioria, serem frágeis e não conseguirem trazer soluções para a pobreza e a desigualdade social de maneira mais efetiva. Sendo assim, o Estado torna-se o grande responsável pela legitimação do Serviço Social enquanto profissão, trazendo toda a sua centralidade ao analisar as políticas sociais.

A atuação do assistente social no âmbito estatal evidencia expressivamente as relações entre o Estado e a sociedade civil. Neste sentido, o Estado não pode ser confundido com o governo, sendo que o governo é o instrumento que responde aquilo que o Estado requer. Portanto, ao analisar o Estado como um todo, os três poderes devem ser referenciados: o poder executivo, como poder central dos três, que engloba a gestão pública em si, envolvendo as forças de segurança, e os poderes judiciário e legislativo trazendo as forças políticas.

Como já mencionado anteriormente ocorre uma regressão Estatal, bem como um retrocesso na universalização dos direitos, com a ascensão do neoliberalismo, nos anos 1990, trazendo toda a sua ideologia neoliberal, o que ocasionou um reducionismo das políticas

sociais. Desta forma, ocorre o desencadeamento de profundas transformações, nos sistemas de proteção social e também no enfrentamento da questão social, modificando as relações entre o público e o privado. Sobrevém um retrocesso significativo com a reforma conservadora do Estado, reduzindo os direitos sociais.

As instituições públicas são sucateadas, trazendo uma visão de que o âmbito público e estatal é desnecessário, deslegitimando os direitos, transformando-os em um privilégio para quem os acessa, na lógica do direito visto como um favor sendo que,

O agravamento da *questão social* decorrente do processo de re-estruturação produtiva e da adoção do ideário neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos serviços sociais públicos – como também no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofre o impacto das mudanças que atingem o exercício profissional. A esfera da produção é palco de intensas transformações e re-estruturações. Afirmam-se as condições estruturais do capitalismo global financeirizado e o fabuloso desenvolvimento tecnológico e informacional, que promovem intensas mudanças nos processos e relações de trabalho, gerando terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial e diferentes formas de precarização e informalização das relações de trabalho, para citar apenas algumas das profundas mudanças em curso na esfera da produção e no mundo do trabalho. (RAICHELIS, 2009, p. 06).

É válido ressaltar, neste contexto, que as políticas sociais não se materializam apenas nos espaços públicos, mas sim no âmbito privado, em organizações não-governamentais, trazendo assim conflitos e contradições. Desta forma, fica evidenciado que existe uma ‘desresponsabilização’ cada vez maior por parte do Estado em relação às políticas sociais universais e com a ampliação dos direitos sociais. O fato do Estado não assumir plenamente suas responsabilidades para com a população, atinge não somente o Serviço Social, mas também as demais profissões. Para os assistentes sociais isto se torna um desafio em sua atuação, visto que, são trabalhadores assalariados e estão vinculados principalmente às políticas de saúde e assistência social. Entretanto, a redução de espaços de trabalho também se torna um aspecto dificultador para os profissionais.

É a partir deste processo de reestruturação produtiva, que os assistentes sociais começam a realizar trabalhos individuais, exercendo a sua prática na lógica da prestação de serviços como um profissional autônomo, o que se torna mais viável para o Estado. Assim, não existirá vínculo definitivo com este profissional, porém ele estará apto para exercer suas funções apenas para determinado projeto ou atividade temporários. Tomando como referência a área da habitação social, este tipo de mecanismo é muito utilizado, trazendo a consolidação

da terceirização como alternativa viável para a gestão da política de habitação, na qual o trabalho social se insere nesta dinâmica através de licitações, fazendo com que a gestão pública consiga regular e controlar estrategicamente todo o processo.

Existe uma grande variedade nos exemplos de terceirização do trabalho do assistente social, através de empresas ou mesmo das Organizações Não-Governamentais - ONGs, nas quais o profissional realiza ações sócio assistenciais e o Estado ideologicamente difunde a lógica de que está sim reproduzindo os serviços públicos e exercendo devidamente o seu papel. No entanto, existem sérias consequências nesta forma de gerir as políticas sociais, visto que o trabalho dos assistentes sociais acaba sendo desconfigurado pela terceirização, trazendo prejuízos para a população usuária destes serviços que se sente ‘deslocada’, sabendo que aquele profissional num curto período de tempo talvez não esteja mais disponível dentro daquela instituição e, sobretudo, pela descontinuidade das ações.

Portanto, o poder público passa as suas responsabilidades para o terceiro setor, com relação à prestação de serviços para a comunidade, estabelecendo, assim, parcerias com o setor empresarial e as organizações da sociedade civil. As políticas sociais passam a atender as demandas do capital e a “responsabilidade social” das empresas traz a impressão de que suas ações são voltadas para beneficiar as camadas socialmente atingidas e exploradas. A sociedade passa a adotar a lógica da solidariedade, sem perceber que estas são estratégias do Estado que não tem como objetivo principal proporcionar o acesso aos direitos dos indivíduos.

O trabalho social realizado neste contexto representa e acarreta certo descaso com a população atendida, sendo que os profissionais estão subordinados aos prazos impostos em seus contratos e aos recursos destinados para determinado projeto/tarefa. Este processo é um dos motivos que desencadeia uma forte descredibilidade da população em relação ao poder público. As terceirizações também acarretam na substituição do direito dos cidadãos por uma dinâmica de prestações de serviços permanentes e continuados, maquiando assim a ‘desresponsabilização’ do Estado perante o cumprimento de seus deveres.

Com relação à sociedade civil e suas tendências, podemos retratar o que Raichelis (2009) expõe, trazendo que a expansão das ONGs e suas parcerias com o Estado ganharam visibilidade. Com a chegada dos anos 1990, muitos serviços públicos de responsabilidade do Estado foram assumidos pela sociedade civil, através das organizações não-governamentais e sem fins lucrativos, ou mesmo pela iniciativa privada. Sendo assim, as ONGs “passam a

disputar recursos, lugares e reconhecimento públicos, ao lado de outros atores que integram o cenário político.” (RAICHELIS, 2009, p.09).

Neste sentido, conforme é abordado por Iamamoto (2009), o Serviço Social na contemporaneidade, possui uma adversidade de desafios e empecilhos que dificultam a consolidação do projeto ético-político profissional, traçando algumas perspectivas de atuação para os assistentes sociais. A principal dificuldade vivenciada pelos profissionais na tentativa de materializar o projeto ético-político está em uma série de elementos que compõe o sistema capitalista vigente, como a sociedade do consumo e do individualismo que se formou, se sobrepondo a importância dos direitos sociais e humanos.

As desigualdades sociais persistem e atingem principalmente os indivíduos mais fragilizados dentro das relações sociais, que passam a se unir, construindo os seus ideais de uma sociedade diferente, contrariando as relações de poder estabelecidas e a exploração exercida pela ordem burguesa. Assim,

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele recolhimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo. (IAMAMOTO, 2009, p.141).

A democracia deveria estar presente nas mais variadas dimensões, tendo como objetivo crucial alcançar a distribuição da riqueza socialmente produzida, bem como reforçar o direito de participação dos sujeitos nos processos de mobilização e reivindicação contrários a qualquer forma de preconceito, discriminação e violência. Um dos requisitos básicos na atuação do assistente social para alcançar a efetivação do projeto ético-político, é tornar-se um profissional acessível aos seus usuários, aproximando-se do cotidiano de vida destes, procurando conhecer a realidade social na qual estão inseridos, proporcionando suporte e apoio às classes subalternas.

É possível, assim, que o profissional desvende quais são as necessidades vigentes, conseguindo atuar nas demandas apresentadas pelos usuários. É importante que esta atuação caminhe ao lado das reivindicações da classe trabalhadora. A democracia tem como objetivo proporcionar o acesso aos direitos e à cidadania para todos, bem como instigar a ampliação

destes direitos, trazendo legalidade e legitimidade. É de extrema importância que o assistente social atue na defesa dos direitos conquistados com a Constituição de 1988, bem como na ampliação e efetivação deles, que desde a sua regulamentação até os dias atuais, são ameaçados pelo neoliberalismo.

A expressiva amplitude que a esfera pública ganhou está associada à tentativa de consolidação da democracia e da cidadania, que retrata interesses sociais e coletivos. Portanto, na esfera pública torna-se visível o interesse das massas populares por fazerem parte dos processos decisórios. É necessário que exista uma cultura pública democrática, onde a ética consiga se fazer presente. Sendo assim,

Reafirma-se, portanto, o desafio de tornar os espaços de trabalho do assistente social, espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade, nas decisões que lhes dizem respeito. Isso é viabilizado pela socialização de informações; ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; acesso às regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; abertura e/ou alargamento de canais que permitam o acompanhamento da implementação das decisões por parte da coletividade; ampliação de fóruns de debate e de representação. (IAMAMOO, 2009, p. 143).

Na contramão do ideal igualitário, existe o pensamento voltado para a “ideologia do favor”, que enfatiza a privatização do Estado por conta dos interesses da burguesia. Está exposta na sociedade uma expressiva hierarquia que traz em seu anseio preconceitos e discriminações de etnia, renda, gênero e etc., e que ampliam as desigualdades. Porém, neste mesmo contexto surgem às possibilidades de efetivação dos direitos e da cidadania, ampliando a democracia, objetivando, assim, alcançar a universalidade. É possível alcançar a legitimidade do Serviço Social enquanto profissão, junto aos serviços prestados aos usuários, demonstrando a amplitude na detenção de conhecimento a respeito da realidade social, dos sujeitos com os quais trabalha, bem como articulando com as entidades representativas.

Outra possibilidade vigente para a efetivação do projeto ético-político no âmbito municipal é a articulação dos profissionais com as demais forças apoiadoras de projetos societários, que incorporam os interesses da grande massa das classes subalternas, trazendo decisões políticas que atendem as demandas populares. Portanto, o assistente social também pode expor as suas experiências e divulgá-las, ampliando a possibilidade de efetivação dos direitos sociais em nível municipal.

Outra luta constante é a consolidação acadêmica do Serviço Social, no âmbito da graduação e pós-graduação, ganhando visibilidade e respeito perante os demais cursos e os

aparelhos responsáveis pela formulação do ensino superior. O Serviço Social obtém reconhecimento por conta de sua capacitação, rompendo com a subalternidade que lhe permeia desde a sua gênese.

A competência profissional crítica é indissociável da elevação da qualidade do ensino superior na área. Ela fornece bases para a leitura da realidade e o desemprego profissional voltado para a materialização do projeto profissional, que possibilite, concomitantemente, enfrentar, no mercado de trabalho, a concorrência de áreas profissionais afins. A existência de uma “reserva legal” de competências de uma profissão, ainda que necessária, tende, cada vez mais, a mostrar-se insuficiente para o seu reconhecimento e preservação. A “reserva legal” de competências privativas de um profissional passa a ser submetida ao crivo do desempenho, que a confirme no âmbito da concorrência que tem lugar no mercado de trabalho. Trata-se, em outros termos, da tendência identificada na atualidade de “flexibilizar” a regulamentação das profissões, o que exige capacidade para apreender demandas potenciais e antecipar propostas que possibilitem a preservações e ampliação do espaço ocupacional. (IAMAMOTO, 2009, p. 147-148).

Portanto, é fundamental a existência de mecanismos representativos para orientar, coordenar e compor o trabalho profissional do Serviço Social. Estes mecanismos trazem respostas às transformações da sociedade e contribuem na direção da profissão atualmente. Existe uma forte articulação entre a Universidade e os mais variados segmentos representativos da sociedade civil, que engrandecem a participação nos Conselhos de Direitos Sociais, proporcionando ênfase para as políticas públicas. O Serviço Social afirma a sua qualidade enquanto formação universitária, através de sua distinção com as demais práticas largamente chamadas para atuar nesta área. Em contraponto ao trabalho voluntariado, estão os profissionais formados nos cursos autorizados por Lei, que têm em seu quadro docente, profissionais qualificados em nível superior que possibilitam uma formação de qualidade aos novos profissionais.

A sociedade civil começa a criar as suas entidades sem fins lucrativos, trazendo a noção abstrata de comunidade, valorizando assim as ações de ajuda imediata, fragmentando as suas ações, sem conseguir se quer articulação com os movimentos sociais para poder avançar com os projetos societários. Este processo acaba por diminuir as possibilidades das políticas sociais e os espaços de discussão acerca da defesa dos direitos sociais. Esta nova configuração da sociedade civil, ameniza os conflitos entre Estado e sociedade, o que ocasiona a perda de estratégias e o enfraquecimento das lutas por melhorias.

É neste viés que o assistente social se insere na esfera estatal, trazendo uma diversidade de considerações a respeito de suas atribuições e da sua prática em si,

desenvolvida no cotidiano de atuação. Existe uma variedade de espaços onde o assistente social se insere, sempre na busca pela efetivação das leis correlacionadas com as classes populares. Estes campos demonstram serem possibilidades reais de avanço nas lutas sociais, embora a atuação do assistente social esteja sempre, de certa forma limitada institucionalmente. Portanto, uma variedade de projetos tem sido formulados por assistentes sociais nas esferas municipal, estadual e federal, demonstrando que existe um compromisso ético-político do profissional e que existem possibilidades de lutar por direitos sociais universais. Os temas pertinentes ao Serviço Social têm ganhado visibilidade e publicidade cada vez maior. Entram em cena novos atores sociais que retratam as mesmas temáticas da profissão (pobreza, desigualdade social, exclusão) e ganham destaque nos meios de comunicação, disputando os espaços públicos.

Isso põe em xeque a capacidade analítica e propositiva dos assistentes sociais nas diferentes esferas em que se desenvolve o exercício profissional, e também nos espaços públicos onde se inserem, como os conselhos de direitos e de gestão das políticas sociais, conferências, plenárias, audiências públicas, fóruns, entre outros. A predominância dos assistentes sociais nos conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos nas três esferas de governo exige nova capacitação teórica e técnica, mas também ético-política, principalmente no âmbito municipal, em que a velocidade de criação dos conselhos nem sempre é sinal de democratização, sendo com frequência mero cumprimento formal para acessar recursos federais. (RAICHELIS, 2009, p. 13).

É necessário também que a categoria profissional e a academia realizem debates mais aprofundados e críticos acerca das políticas sociais, o que se torna um desafio. A articulação entre as ações desenvolvidas pelos profissionais é indispensável, trazendo possibilidades de atuação.

Os assistentes sociais passam a ter novas competências e atribuições com o processo de descentralização das políticas sociais. Apesar de continuarem formulando, avaliando e implementando as políticas públicas, estes profissionais estão voltados também para outros espaços de atuação, que necessitam de uma intervenção cada vez mais qualificada, crítica e propositiva. Estes espaços são os Conselhos que fiscalizam a implantação e coordenação de políticas públicas associadas às áreas de interesse social como: saúde, assistência social, habitação, educação, etc. Sendo assim, é fundamental que o profissional se aproprie de conteúdos teórico-críticos para atender as demandas e necessidades dos usuários adequadamente. É necessário obter conhecimento acerca do orçamento público, para que seja

possível realizar a interlocução pública, estabelecendo a educação continuada para todos os profissionais que são servidores.

Entretanto, é válido expor aqui que o Serviço Social tem uma rica trajetória histórica de acompanhamento e lutas ao lado da sociedade civil. Porém, mobilizar e potencializar a participação dos sujeitos tem saído de cena, ocasionando na institucionalização da organização popular. É preciso possibilitar a articulação dos espaços coletivos com os Conselhos e Conferências, para que os sujeitos consigam evidenciar as suas reivindicações. Só será possível alcançar avanços e mudanças na esfera pública, através da efetiva articulação com a sociedade civil e seus segmentos organizados.

Por fim, é importante ressaltar que os assistentes sociais vêm construindo a sua história de reivindicações e lutas, apesar de todos os obstáculos encontrados, ansiando um futuro diferente do que se viveu e vivencia-se atualmente. Desta forma, fica expressivamente exposto que para alcançar essa mudança é necessário efetivar o projeto ético-político do Serviço Social, a partir da atuação dos profissionais em seu cotidiano de trabalho nos variados espaços institucionais, socializando as informações nestes âmbitos e tendo a capacidade de atuar na tentativa de consolidar a universalização dos direitos sociais.

2.2 RELATIVA AUTONOMIA PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO DOS LIMITES INSTITUCIONAIS

A partir das reflexões obtidas com a vivência no campo de estágio, fica evidenciado que o assistente social é um profissional que está inserido nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, sempre respaldado pelo seu projeto ético-político e pelo código de ética da profissão e, ao mesmo tempo, assume a sua posição de trabalhador assalariado, possuindo uma autonomia relativa, imposta pelas tensões e correlações de força presentes nas instituições. Conforme é abordado por Yamamoto (2009), para analisar a atuação dos assistentes sociais é necessário perceber o universo do trabalho no qual este profissional está vinculado. Universo este que repercute na restrição dos direitos, a exploração dos trabalhadores e a expansão dos monopólios, trazendo limites e desafios ao serviço social.

A lógica do mercado segue como um fator determinante das relações sociais atualmente, estipulando metas a serem atingidas e competições no mundo do trabalho, causando a desarticulação entre os profissionais. O trabalho voluntário e a intervenção de segmentos da sociedade civil na defesa do bem estar social dos indivíduos trazem a desresponsabilização do Estado que passa a atuar restritamente no nesse sentido, focalizando cada vez mais suas ações. Neste momento, as políticas sociais, principal instrumento de trabalho dos assistentes sociais, adquirem destaque, trazendo desafios e conquistas à profissão.

As desigualdades dentre as classes ganham evidência expressiva trazendo maior visibilidade para a questão social e suas expressões, bem como proporcionando uma variedade significativa de espaços ocupacionais de atuação aos assistentes sociais. Os processos sociais apresentam alterações nestes espaços, como a presença das correlações de forças e as relações de trabalho presentes no cotidiano das instituições. Sendo assim, novas demandas surgem aos assistentes sociais, exigindo novas habilidades em sua atuação e uma capacitação acadêmica permeada por atribuições e competências que proporcionem uma direção para o trabalho dos profissionais de serviço social. Pode ser observada, nesta conjuntura, que esta correlação de forças traz limites e possibilidades de atuação, buscando a realização de uma análise profunda da realidade em que o profissional está inserido.

Torna-se um desafio para o assistente social atuar no embate destas correlações de forças, visto que ele é um trabalhador assalariado, apesar de que no Brasil a maior parte destes

profissionais são funcionários públicos e possui estabilidade, a maior parte da categoria ingressa nos espaços públicos a nível municipal, estadual e federal, atuando diretamente no planejamento, formulação, avaliação e execução das políticas sociais. Cabe ressaltar desde já como limite, a tensa relação entre o projeto ético-político do serviço social e a situação de assalariado em que este profissional se encontra. A existência de uma dupla determinação no trabalho do assistente social ganha visibilidade e traz conflitos e contradições, sendo que de um lado este profissional possui as exigências institucionais que necessita seguir, e de outro, ele tem como respaldo e preceitos a zelar- o Código de Ética o projeto ético-político da profissão.

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução das ações profissionais, socialmente legitimadas pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 2009, p. 07-08).

Desta forma, o assistente social está debruçado em seus conhecimentos teórico-metodológicos, sempre presente em meio às relações entre o Estado e a sociedade civil, sendo subsidiado por seus princípios ético-políticos, colocando em prática as suas ações e oferecendo um norte para a sua atuação. Conforme é destacado por Iamamoto (2009), ao sintonizarmos as atividades exercidas pelos assistentes sociais, surge neste conjunto uma série de fatores preponderantes que apontam os limites de intervenção destes profissionais e as alternativas de se obter avanços em sua prática nos mais variados espaços. A lógica do mercado e os interesses do Estado não perpassam pelo mesmo processo de ruptura com o neoconservadorismo que o Serviço Social, trazendo desafios, obstáculos e limites para a profissão.

Inserindo-se nos mais variados espaços ocupacionais, o assistente social ganha visibilidade, reconhecimento e legitimidade, porém ao mesmo tempo, adquire novas responsabilidades, atribuições e competências. A expressiva expansão do “Terceiro Setor” (as organizações não-governamentais ou de iniciativa privada) trazem desafios para o serviço social, ao passo de que estas organizações assumem o papel do Estado. Porém, o Terceiro Setor também é um campo de atuação do assistente social, enquanto organizações que estão

inseridas em meio a esfera estatal, como uma instituição que capta recursos e incentivos fiscais para a elaboração e implementação de projetos sociais. Torna-se uma dificuldade para os profissionais conseguirem exercer suas ações nos espaços sócio-ocupacionais, uma vez que estão inseridos em uma sociedade onde o domínio do capital é o que determina a sociabilidade como um todo e conseqüentemente aspectos referentes à profissionalização do Serviço Social.

É possível observar que ainda existem no cotidiano dos profissionais, rastros de uma atuação tradicional e filantrópica, mas também é possível reconhecer que existe outro sentido para a profissão, com uma nova perspectiva funcional e outro modelo de intervenção. Todavia, as políticas sociais estão subordinadas à lógica do mercado e às interferências de um Estado que não rompe com os interesses da burguesia, sendo relevante que o assistente social elabore estratégias de intervenção, articulando-as entre si.

O assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo. Entretanto as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social, ao lado de outras formas, acionadas para o seu enfrentamento por distintos segmentos da sociedade civil, que têm programas de atenção à pobreza, como as corporações empresariais, as organizações não-governamentais, além de outras formas de organização das próprias classes subalternas para fazer frente aos níveis crescentes de exclusão social a que se encontram submetidas. (IAMAMOTO, 2009, p. 58).

O distanciamento entre a teoria e a prática repercute no cotidiano dos profissionais. O assistente social também vende a sua força de trabalho em troca de remuneração (salário), assim como qualquer outro trabalhador assalariado. O trabalho social possui uma variedade de dimensões, visto que sua importância é evidente em relação ao atendimento das necessidades dos indivíduos. É relevante observar que a força de trabalho dos assistentes sociais é fruto de uma formação intelectual, teórica e universitária, que necessita ser fortalecida, tendo em vista que sua bagagem teórica necessita de aprimoramentos, tornando-se um limite na atuação dos profissionais, que necessitam ampliar os seus conhecimentos, realizando capacitações continuadas, a fim de evitar o comodismo, reconhecendo as demandas. Conforme destaca Vasconcelos (2009):

A primeira questão que se coloca é se os profissionais sabem diferenciar essas demandas. Assim, coloca-se a exigência de uma competência teórica e ético-política que responda pela identificação das demandas públicas e das demandas do Estado – ou seja, distinguir as demandas públicas das do Estado -, visto que são as demandas públicas que estão articuladas às demandas dos cidadãos. E os assistentes sociais, também como executores das políticas sociais, nem sempre percebem que as demandas do Estado muitas vezes não reforçam as dos cidadãos. (VASCONCELOS, 2009, p.23).

É válido ressaltar que as ações dos assistentes sociais estão diretamente ligadas e limitadas a determinados meios, como os recursos financeiros que visam à realização de projetos, programas e políticas de cunho social. Todavia, estes meios permanecem monopolizados pelas chefias empregadoras destes profissionais. As instituições, de uma maneira geral, possuem um quadro amplo de profissionais, que realizam por vezes um trabalho multidisciplinar e coletivo, do qual os assistentes sociais fazem parte. Contudo, é importante retratar aqui, que o assistente social tem como objeto de seu trabalho a questão social, suas expressões e o impacto que causam na vida dos usuários, sendo que as políticas sociais sofrem com o reducionismo e a fragmentação, o que dificulta o estabelecimento de uma atuação a médio e longo prazo.

Os assistentes sociais possuem demandas e prioridades de atendimento, ficando submetidos ao processo de enfrentamento e resolução das situações emergenciais, que necessitam de respostas em curto prazo, o que por vezes acaba não possibilitando perspectivas mais amplas de atuação. Torna-se necessária a existência de profissionais dentro das instituições que consigam enfrentar os entraves causados pela omissão do Estado. Pelo olhar institucional, os assistentes sociais são considerados profissionais indispensáveis para ‘apaziguar e amenizar’ os conflitos existentes entre usuário e instituição, visto que estes profissionais são a “porta de entrada” da população. Nesse sentido, o que se percebe em muitos casos é a existência de uma submissão do assistente social por parte de seus empregadores, deixando vulnerável a integralidade da autonomia deste profissional.

O trabalho do assistente social é desenvolvido através da dimensão política que o norteia, que nada tem a ver com os posicionamentos político-partidários particulares de cada profissional. Existem fortes relações de poder que permeiam o cotidiano de atuação dos profissionais, assim como estas relações também são vivenciadas por seus usuários, no que diz respeito às desigualdades, exploração, subordinação e exclusão as quais estão cotidianamente submetidos.

A hierarquia e as relações de poder são os principais fatores que influenciam diretamente na atuação dos assistentes sociais, trazendo desafios e limites para a profissão. Determinadas normas institucionais trazem tensões e conflitos no cotidiano das ações dos assistentes sociais, dificultando a efetivação do projeto ético-político da profissão. Neste sentido, o assistente social, como qualquer outro trabalhador assalariado, tem o seu trabalho apropriado pelos empregadores, ficando evidenciado que este profissional não tem o poder de decidir quais são as prioridades de atuação, por vezes não consegue ter acesso aos recursos necessários para realizar as suas atividades, nem mesmo de fazer com que o seu trabalho estabeleça as direções que são por ele consideradas pertinentes e necessárias.

Podemos dizer que o que preponderantemente condiciona o trabalho dos assistentes sociais são as relações sociais estabelecidas entre este profissional, o Estado, a sociedade civil e seus segmentos. Essas relações determinam o direcionamento do trabalho destes profissionais, repercutindo na qualidade do trabalho realizado. A determinação de metas de produtividade, eficiência nos atendimentos, os prazos a serem cumpridos, todos estes fatores ocasionam tensões nos espaços de atuação destes profissionais, dificultando a ampliação da autonomia dos mesmos. Portanto,

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 16).

Conforme a abordagem de Iamamoto (2009) percebe-se que a burocracia excessiva se perpetua sob o trabalho dos assistentes sociais na esfera pública municipal, dificultando as ações destes profissionais, bem como o acesso aos bens e serviços por parte dos usuários. Os interesses considerados privados se confundem em relação aos interesses públicos, coletivos, que são propriedade de todos. A separação destes interesses, por vezes não ocorre, trazendo uma imagem distorcida dos sujeitos inseridos neste contexto de burocracia.

Os interesses particulares de cada indivíduo se unem enquanto interesses coletivos. É a partir daí que o Estado interfere, sobre forma de controle, exercendo sua intervenção “em prol do interesse público”. A burocracia é constituída pelas hierarquias autoritárias fechadas

dentro das instituições, contrariando a variedade de conhecimentos que repercutem ao seu redor, tais quais obedecem passivamente a esta realidade. Portanto, a burocracia vinculada às rotinas de trabalho, resulta em um sentimento de acomodação que passa a excluir os sujeitos coletivos dos espaços públicos.

O assistente social fica em meio à sociedade civil e o Estado, atuando enquanto articulador e intermediador das demandas e necessidades de seus usuários e das possibilidades de acesso destes aos serviços sociais disponíveis, amenizando os conflitos que permeiam as relações sociais vigentes. Apresenta-se então, mais um limite na atuação destes profissionais, tendo em vista que o assistente social pode ser interpretado por seus usuários como um invasor de sua privacidade, agindo de forma fiscalizatória e autoritária. Nesse sentido, podemos considerar que “o assistente social atua numa zona de fronteira entre o público e o privado”. (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

É visível o enfrentamento das contradições e conflitos vivenciados pelos assistentes sociais na defesa do acesso universal aos direitos sociais, bem como em suas condições de trabalho. Contudo, é necessário afirmar o Estado enquanto órgão fundamental na provisão do acesso universal aos direitos. Em meio às tensões, conflitos e limites institucionais, também é válido ressaltar que o assistente social pode se posicionar e atuar a favor da classe subalterna ou dos interesses da classe dominante, apesar de seu compromisso assumido junto ao projeto ético-político da profissão. Por vezes, alguns profissionais exercem suas ações a serviço da burguesia, legitimando e se conformando com a realidade em que o seu usuário está inserido, atuando de maneira inacessível perante a população.

Neste viés, cabe lembrar a existência da subordinação dos assistentes sociais em meio a um trabalho meramente técnico, ocorrendo de acordo com os interesses do Estado. Por vezes é o trabalho tecnicista, funcionalista e clientelista que o Estado requer do profissional do Serviço Social, transformando-se em um verdadeiro e grandioso desafio para os profissionais superar as barreiras impostas que minimizam e limitam a profissão, trazendo em sua bagagem o conformismo e os momentos de amenização de conflitos. A dimensão política da profissão é barrada pelo predomínio das práticas conservadoras que ainda repercutem no cotidiano de trabalho, bem como as determinações estruturais estabelecidas neste movimento. Destaca-se,

[...] o jogo das forças sociais que reflete a articulação das classes e de suas frações na luta pelo poder e pela hegemonia, conformando os vários momentos conjunturais e as respostas dadas pela categoria profissional aos novos desafios que lhe são

apresentados, nos diferentes momentos históricos. Essas respostas estão condicionadas pelo nível de desenvolvimento teórico-prático obtido pelo Serviço Social, pelo peso das várias correntes profissionais e políticas existentes no interior dessa instituição, que conformam diferentes maneiras de interpretar o papel do profissional e da profissão, presentes em confronto no meio profissional. (IAMAMOTO, 2004, p.96).

Desta forma, as tendências apontam que a atuação dos assistentes sociais visa reforçar os mecanismos de subordinação de seus usuários em relação aos princípios da elite dominante, seguindo na contramão dos anseios pela liberdade, igualdade e justiça social. O discurso crítico das lutas de classes fica ocultado em meio a tal quadro. Enquanto profissão, o Serviço Social possui diretrizes que se desvinculam na prática profissional e acabam por não conseguir concretizar as suas ações de fato conforme as premissas de seu projeto ético-político.

O Serviço Social apresenta as relações com seus usuários, trazendo de um lado a força do controle social e do outro as tensões que a ideologia da classe dominante ocasiona, ampliando as contradições presentes nas relações sociais. Em síntese, o que se quer enfatizar é que existem diferentes formas de requisição do Serviço Social neste processo. De um lado, existem as determinações institucionais que reforçam a dominação dentro dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social. De outro, permanece o viés de que os profissionais devem ser aliados de seus usuários, buscando atender as demandas e necessidades destes sujeitos, visando fortalecer a participação destes no processo de emancipação política nesse contexto de sociedade capitalista na qual estamos inseridos. É fundamental a existência desta articulação com os usuários, a fim de socializar as informações com os mesmos e de capacitá-los através das discussões em reuniões sistemáticas ou da criação de grupos, bem como os profissionais devem assumir uma postura de repúdio à possibilidade de omissão diante das alternativas de intervenção existentes nestes espaços.

2.3 POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS: SINALIZANDO AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A partir do embasamento obtido pelas experiências vivenciadas no campo de estágio, pôde ser observado que, apesar da existência deste aparato de limites institucionais enfrentados pelos assistentes sociais cotidianamente, é possível encontrar alternativas e possibilidades de atuação que consigam ultrapassar grande parte dos desafios, materializando o projeto ético-político da profissão. Conforme é destacado por Yamamoto (2009), é necessário que os assistentes sociais apoiem-se em valores, que lutem pelo bem estar coletivo, sem conformarem-se com as situações apresentadas de imediato. Algumas diretrizes a serem seguidas são fundamentais em sua aplicação nos mais variados espaços ocupacionais.

A existência de fundamentos que superem a ordem capitalista vigente abrange o dia-a-dia dos assistentes sociais, superando as barreiras que dificultam na implementação das políticas públicas sociais, bem como na construção da emancipação das classes trabalhadoras. Em suma, o primeiro desafio apresentado aos profissionais é o de alcançar o reconhecimento das contradições e conflitos existentes entre Estado X sociedade civil em seu âmbito de atuação, realizando uma leitura crítica do espaço sócio-ocupacional onde está inserido.

É possível que o assistente social encontre as suas bases de sustentação, conseguindo ampliar a sua autonomia, - que por vezes assume uma forma tão relativa e desestimulante -, expandindo assim as possibilidades de direção do seu trabalho para sentidos contrários daqueles esperados pelo Estado burguês, e mesmo por suas chefias e gerências, escancarando, portanto, as tensões existentes em meio às relações sociais. Encontra-se, em sua autonomia profissional, um quadro de conflitos sociais e políticos, inspirados pela constante luta hegemônica da categoria.

É fundamental perceber que as classes subalternas possuem suas necessidades e demandas, exigindo sustentação e fortalecimento por parte dos assistentes sociais, tendo em vista que o trabalho social está voltado para esse segmento, bem como para os seus flagelos e mazelas. Nesse sentido, os profissionais contam com o respaldo teórico que regulamenta as suas atribuições e competências, articulando com os demais atores que compõe as instituições e participam desta mesma área de atuação, bem como contam com o apoio da classe trabalhadora.

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado. (IAMAMOTO, 2009, p. 15).

Neste sentido, demonstra ser uma tarefa sempre constante para os assistentes sociais obter e aprimorar seu conhecimento a respeito do movimento histórico da profissão, seus princípios e atribuições, bem como o processo histórico da sociedade em que o Serviço Social é incorporado, analisando e intervindo na realidade. Desta maneira, surge como possibilidade de enfrentamento dos limites profissionais, a busca por aprimorar as reflexões teórico-metodológicas da profissão, trazendo questionamentos a respeito da atuação dos assistentes sociais, seguida de seus posicionamentos e suas produções.

Cabe ao assistente social formular, avaliar e executar projetos vinculados às políticas sociais e às reivindicações da classe trabalhadora e subalterna. É necessário que este profissional seja crítico, que detenha conhecimento acerca do espaço institucional no qual está inserido, apostando assim na emancipação de seus usuários. Ao mesmo tempo, o assistente social, enquanto profissional interventivo, deve realizar as suas ações planejando, assessorando, negociando e pesquisando, trazendo estímulo para os seus usuários, desenvolvendo desta forma uma atuação com qualidade.

É fundamental que o assistente social tenha competência crítica que não pode ser confundida com o “discurso da competência”, aquele estabelecido pela instituição que leva em conta apenas o trabalho tecnicista realizado pelo profissional, constituído por metas e quantidade de atendimentos realizados. Demonstra ser emergente que o assistente social se aproprie da competência crítica que desvendará o conservadorismo presente dentro das instituições, bem como recusará o controle sob os mais variados segmentos das classes subalternas.

Para tanto, é necessário que o assistente social se aproprie de conhecimentos relativos ao financiamento e o orçamento das políticas sociais, informando-se a respeito da quantidade de recursos que são destinados para determinados projetos e programas, principalmente ao que diz respeito à viabilização destas políticas no âmbito municipal. É essencial que o corpo técnico do Serviço Social se reatualize constantemente, tornando suas

ações propositivas e colocando-as em sintonia com as mudanças que permeiam a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, cabe aos profissionais no âmbito acadêmico, que atuam na área de pesquisa, investirem permanentemente em sua formação intelectual, obtendo assim, possíveis propostas, contribuindo na ampliação das alternativas de intervenção.

A pesquisa torna-se uma ação constitutiva que completa o trabalho profissional, trazendo sugestões para desvendar as expressões da questão social, proporcionando assim, através da teoria, de dados e estatísticas, fundamentação suficiente para a elaboração das propostas de intervenção, seja via projetos sociais ou de outras possibilidades interventivas. Desta forma, o assistente social será capaz de argumentar e negociar com as chefias dentro das instituições, defendendo assim seus ideais e propostas de atuação às demais instâncias competentes. O profissional passa a adquirir respeito e visibilidade, fazendo da pesquisa um recurso fundamental para o acompanhamento e avaliação dos projetos e programas sociais, ampliando assim os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais e consolidando a produção acadêmica.

Conforme foi mencionado anteriormente, a expansão da participação dos assistentes sociais nos Conselhos e as ações dos profissionais direcionadas nesta perspectiva surgem como uma alternativa para superar os desafios impostos à profissão. Através da articulação dos profissionais com os demais segmentos da sociedade civil e sua participação nos Fóruns e Conselhos de Direito se torna possível encontrar estratégias para superar as barreiras e os limites institucionais impostos, conseguindo atuar contrariando a lógica do sistema capitalista.

Podemos enfatizar aqui nas sinalizações das possibilidades o que já havia sido mencionado anteriormente, que para conseguir ampliar as estratégias de atuação e de efetivação do projeto ético-político da profissão, é necessário que o assistente social elabore estratégias que consigam expandir o apoio e articulação com demais segmentos da sociedade civil, visando alcançar a união com determinados grupos que possuem a mesma perspectiva ética que a profissão. É válido ressaltar neste momento que o grande desafio posto aos assistentes sociais é atuar contra a burocratização e tecnificação do trabalho nos mais variados espaços em que estão inseridos, haja vista que esta é uma possibilidade de facilitar o acesso aos serviços para seus usuários. É possível que os profissionais encontrem mecanismos que desburocratizem as relações sociais, proporcionando a ampliação da participação dos sujeitos que se encontram em um processo de reivindicação por seus direitos, bem como um atendimento digno e de qualidade.

A realização de um trabalho multidisciplinar se torna fundamental na elaboração e implantação das políticas sociais e de projetos e programas. Para isso, o assistente social precisa ser um profissional flexível, capaz de articular-se com demais profissionais no espaço em que se insere, trazendo, desta forma, soluções no seu cotidiano de trabalho. Somente através da capacidade de negociação e argumentação o assistente social consegue alcançar conquistas junto aos gestores, realizando através do trabalho interdisciplinar a exposição de suas propostas de intervenções, enfatizando a sua particularidade de saberes sobre a área de conhecimento. Nesse sentido, os profissionais devem realizar e fomentar alianças entre si, com os usuários e suas formas de organização.

Os assistentes sociais também possuem como estratégia de ampliação das possibilidades profissionais a denúncia acerca da violação de direitos, resguardando a ética do sigilo, trazendo visibilidade aos profissionais enquanto defensores dos direitos. Ainda, em relação à atuação dos assistentes sociais no âmbito público municipal, é necessário que estes profissionais realizem a socialização das informações junto aos usuários, o que não significa meramente repassar as informações a cerca das regras e das questões legais. Trata-se de:

[...] uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão. (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

É de extrema importância que os assistentes sociais socializem as informações com seus usuários, despertando e construindo nestes a consciência crítica a respeito de seus direitos, evidenciando as responsabilidades do Estado para com a população e os assistentes sociais enquanto profissionais que realizam as mediações nesse contexto. Ao repassar as informações aos seus usuários, os assistentes sociais trazem a transparência para os serviços oferecidos, bem como evidenciam quais são os meios possíveis para os usuários terem acesso às políticas sociais. É tentando se aproximar da realidade dos sujeitos e desvelando as mais variadas situações de suas vidas que o assistente social consegue ampliar as possibilidades para que as famílias tenham acesso aos bens e serviços sociais. A publicização das informações é um instrumental que torna possível evidenciar os conflitos, alcançando soluções viáveis para combater a correlação de forças presentes no cotidiano dos profissionais.

Neste sentido, a atuação dos assistentes sociais está presente e submetida ao campo das relações de poder que expressam as desigualdades, negligenciando os direitos sociais. É papel imprescindível dos profissionais evidenciar este processo, proporcionando visibilidade e potencializando a divulgação destes fatos em diferentes espaços de fiscalização e controle social, utilizando-se inclusive dos veículos de comunicação, tendo em vista que a mídia pode e deve ser utilizada neste viés. Ocorre assim, a publicização do exercício profissional e articulação com demais profissionais através de outras redes como a internet, jornais, revistas e etc. Estes meios são aliados dos estudos e pesquisas elaboradas no âmbito profissional. Neste contexto é necessário também que exista uma integração com a esfera legislativa, que acompanhará projetos de leis vinculados ao trabalho dos assistentes sociais, contribuindo na defesa dos direitos sociais em consonância com a categoria profissional.

A existência de espaços públicos que representem os interesses da sociedade civil é necessária e urgente, ampliando as possibilidades de negociação e de ascensão da democracia potencializando a participação da sociedade civil nos processos de gestão dos interesses coletivos. Conforme é abordado por Iamamoto (2004), os assistentes sociais são profissionais que tem participação ativa neste processo, desempenhando o seu papel de sujeito intelectual, atuando enquanto articulador dos interesses da classe trabalhadora, a depender de sua posição política a ser assumida, sempre em confronto com a lógica do capital.

Neste viés, o assistente social traça como possibilidade de atuação reforçar e legitimar o projeto ético-político da profissão que se coloca em prol das classes populares, defendendo os seus princípios e objetivos. Cabe aos profissionais compreender os resultados de suas ações, adquirindo assim mais flexibilidade, experiência e controle de sua prática, a partir dos limites e desafios presentes em seu cotidiano de trabalho. Os assistentes sociais têm como requisito básico realizar constantemente uma reflexão crítica em relação ao seu exercício profissional, formulando estratégias que possibilitem a alteração de suas ações e das relações sociais vigentes. A categoria profissional vem dando respostas aos desafios apresentados ao longo da trajetória histórica da profissão e desta forma conseguindo desvendar a realidade das situações postas no exercício profissional, através de uma visão que vai para além das aparências dos fatos imediatos, reafirmando o projeto ético-político na prática profissional, enfatizando, quais são os compromissos assumidos, isto é, compromisso com os interesses das classes subalternas. Portanto,

A distinção estabelecida é apenas abstrata, para fins analíticos, sendo que, de acordo com as circunstâncias do trabalho profissional, pode haver ênfase em uma ou outra forma de inserção do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. Essa expressão do trabalho coletivo é, pois, pensada na globalidade de suas implicações, a partir das contradições da sociedade que se traduzem na prática dessa instituição. (IAMAMOTO, 2004, p. 97).

Fica evidenciada a existência de fragilidades no processo de organização dos trabalhadores, cabendo ao assistente social trabalhar constantemente na luta pela ampliação do controle social, buscando a participação dos sujeitos nos espaços sócio-políticos. É fundamental superar as barreiras da gestão pública que se faz presente na contemporaneidade, sobrecarregada por ações burocráticas e fragmentadas. É necessário combater as privatizações que vêm se estabelecendo, tratando as demandas e necessidades da população de maneira seletiva, desviando-se da lógica do direito social.

Desta maneira, podemos observar que os interesses da esfera privada se sobrepõem constantemente à esfera pública, trazendo como objetivo central aos assistentes sociais a superação das artimanhas da lógica neoliberal, que visam reduzir de forma expressiva a cidadania dos indivíduos. Os assistentes sociais são diretamente afetados por esta transferência nítida de responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

Os Conselhos são importantes espaços de luta e manifestação de interesses que expressam grande potencial, trazendo publicização e democracia às políticas sociais. É através da participação nos Conselhos que se abre um leque de possibilidades de atuação para os assistentes sociais. A participação nos Conselhos proporciona uma maior visibilidade às demandas populares, acrescentando nas políticas públicas as demandas dos segmentos da sociedade civil, combatendo assim o conservadorismo, clientelismo e a transferência do interesse privado para a esfera pública, principalmente no âmbito municipal. É fundamental estimular a participação de representantes da sociedade civil nos processos das políticas públicas, o que contribui, ao nosso entender, para a ampliação de estratégias que consolidam a democracia.

Assim, é fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. Essa proposta requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e à necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários

dos serviços na sua efetivação. O maior desafio, com que atestam os analistas especializados, tem sido a representação dos usuários nos Conselhos, o que supõe o fortalecimento das representações ante suas respectivas bases. (IAMAMOTO, 2009, p. 24).

Portanto, é de extrema importância que o assistente social utilize os mecanismos de educação social, mobilização, articulação e organização popular, retomando os trabalhos em conjunto com as comunidades, visando alcançar a ascensão e a participação dos sujeitos. É necessário que o assistente social não se acomode em suas ações rotineiras, devendo realizar pesquisas e projetos que aprofundem e ampliem o conhecimento a partir da realidade de vida dos usuários atendidos.

Absorvendo este tipo de conhecimento, os profissionais poderão realizar as suas intervenções de maneira inovadora, atendendo as demandas dos segmentos populacionais a serem atendidos por eles nas instituições em que atuam. Desta forma, torna-se viável para o assistente social fomentar a consciência crítica de seus usuários, possibilitando assim uma maior aproximação da população aos interesses coletivos. O assistente social deve adotar tais estratégias de intervenção, comunicando-se constantemente com os seus usuários, para que seja possível elaborar propostas para além das propostas institucionais, suprindo as demandas das classes subalternas.

Observa-se que não existe um déficit no orçamento das políticas sociais. O que ocorre é uma forte desvinculação dos recursos que deveriam ser destinados para tais políticas e, na realidade, são utilizados para outros fins, como para o pagamento da dívida externa e interna do país. Estas são estratégias que visam favorecer o capital financeiro, deixando de lado a garantia dos direitos sociais, apesar da pressão e oposição dos movimentos sociais.

O acesso universal às políticas sociais só é possível no âmbito da esfera pública, sendo essencial a participação da sociedade civil neste processo de democratização e controle do Estado, fazendo com que os interesses públicos e coletivos prevaleçam. Fica evidenciada a importância de o trabalho social estar vinculado a este viés cabendo aos assistentes sociais seguirem a lógica do direito e trabalhando em prol da sua abrangência. É necessário que os profissionais combatam o que podemos denominar de uma ‘espécie de mercantilização dos atendimentos sociais’ que está instaurada, transformando as políticas em mercadoria, com valor de compra e venda desfocando a sua função real de garantir direitos. Portanto,

Os (as) assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se aos direitos e deveres referentes às operações de compra e de venda. Se os direitos sociais são frutos de lutas sociais, e de negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, renda, habitação, assistência social, entre outras pertencem a outro domínio – o do mercado –, mediação necessária à realização do valor e, eventualmente, da mais valia decorrentes da industrialização dos serviços. (IAMAMOTO, 2009, p. 31).

Ao longo da história, os assistentes sociais são profissionais que se empenham em implementar as políticas de cunho social, mediando as relações entre os usuários e as instituições. Embora esta ainda seja uma de suas responsabilidades, expandiram-se outras possibilidades de atuação, trazendo novas atribuições e competências para os profissionais. Aqui podemos sinalizar possibilidades de atuação aos assistentes sociais, que passam a ter seu espaço ocupacional ampliado, bem como as suas atividades em relação ao controle social, a capacitação, a elaboração de projetos, entre outros.

Sendo assim, o assistente social deve atuar em prol da abrangência do acesso aos bens e serviços sociais, proporcionando maneiras viáveis para que os sujeitos tenham os seus direitos assegurados, apesar de este profissional possuir apenas uma relativa autonomia ao que se refere aos critérios de acesso dos usuários aos serviços, tendo em vista que os critérios já são estabelecidos pelos próprios benefícios, programas, projetos e pelas instituições que os desenvolvem. No entanto, é possível e requerido que o assistente social se posicione contrário a estas imposições seletivas, buscando assim alternativas para alcançar a universalidade do acesso. É válido ressaltar que uma parcela significativa da população é excluída dos projetos e programas sociais.

Com o processo de expansão das políticas públicas, surgem novas exigências aos assistentes sociais que contribuem para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, como é o caso das exigências de sua qualificação e capacitação, ampliando as possibilidades de atuação nos trabalhos de assessoria e consultoria, assim como na área da pesquisa. Fica evidenciado, ao longo deste processo, que os assistentes sociais vêm realizando um reforço no âmbito público, trazendo para esta esfera os interesses das classes subalternas, fortalecendo a democracia e a universalidade dos direitos. Portanto, a atuação dos profissionais demonstra ser de grande importância para a realidade brasileira que é repleta de discriminações e desigualdades. Compreende-se que:

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania – afirmando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada. E, para impulsionar a construção de outro padrão de sociabilidade, regido por valores democráticos, requer-se a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende de uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada. (IAMAMOTO, 2009, p. 32).

Neste sentido, o assistente social se transforma em um profissional crítico, capaz de realizar uma análise fundamentada da realidade, o que imprime avanços em sua atuação, adotando uma postura ético-política, passa a desvendar as demandas que surgem em seu cotidiano de trabalho. Também é necessário que o assistente social se torne um estimulador da participação de seus usuários nos processos coletivos, dos seus direitos e no acesso a estes. É válido salientarmos a importância da presença do assistente social nos espaços públicos, especificamente na esfera municipal, exercendo o seu papel enquanto sujeito que atua nas relações sociais, combatendo a ideologia neoliberal que se instaura no contexto - Estado e sociedade civil.

Portanto, o trabalho do assistente social é permeado por capacidades, dificuldades e possibilidades, visto que é realizado por um sujeito trabalhador especializado. Desta forma, o trabalho do assistente social tem por objetivo contribuir na superação das barreiras impostas pelo capital que visa apenas extrair a mais-valia da classe trabalhadora, espalhando alienação para todas as categorias, inclusive à dos assistentes sociais. É necessário que a categoria profissional assuma enquanto possibilidade de ampliação de seu trabalho, a efetiva incorporação da teoria social crítica e conseqüentemente a leitura fundamentada da realidade, a fim de vislumbrar alternativas eficientes para o de enfrentamento das expressões da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar quais são os limites e as possibilidades para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tomando como observatório empírico e participante a SMHSA de Florianópolis-SC.

As políticas sociais são instrumentos necessários no enfrentamento da questão social e de suas expressões, estando diretamente ligadas às relações entre o Estado e a sociedade civil. Os assistentes sociais têm ligação direta com estas políticas que são um direito dos cidadãos e devem ser promovidas pelo Estado. Conforme é destacado por Vasconcelos (2009) é necessário identificar as possibilidades de ação para que o projeto ético-político do serviço social se efetive.

O que se pôde observar é que os assistentes sociais são profissionais indispensáveis, não apenas para o seu usuário, mas sim para a instituição “que precisa de tranquilidade no seu cotidiano de mesmice, o que exige abafar os conflitos entre o que oferece e como oferece em contraposição às necessidades dos usuários dos serviços públicos”. (VASCONCELOS, 2009, p. 415).

São profissionais vistos como aqueles que trazem tranquilidade nos espaços em que atuam, realizando o seu trabalho de forma rotineira, apaziguando e amenizando as tensões no cotidiano das instituições, contendo um comportamento indispensável para as chefias e gerências. Entretanto, há uma existência nítida de profissionais que atuam para além da burocratização e rotineirização de seu trabalho, compreendendo a realidade de seus usuários, problematizando e propondo alternativas de atuação que priorizam o atendimento à população, adquirindo uma postura política e fortalecendo os interesses das classes populares, bem como facilitando o acesso aos serviços públicos. Apesar do posicionamento da maioria dos assistentes sociais ser favorável a seus usuários, por vezes estes profissionais não possuem condições para objetivar o seu trabalho.

Em parte, alguns preceitos do projeto ético-político da profissão podem ser concretizados, apesar das barreiras que se apresentam, tendo em vista que este é um projeto revolucionário para o modelo atual de sociedade capitalista, conservador e neoliberal. Para tanto, é necessário que os profissionais realizem constantemente uma análise teórico-crítica da realidade em que estão inseridos, atuando em prol de seus usuários e rompendo com as práticas conservadoras que ainda permeiam o seu trabalho. Quando os assistentes sociais não

se apropriam dos referenciais teórico-críticos da profissão, distanciando a teoria da prática, acabam reproduzindo ações favoráveis ao fortalecimento do sistema capitalista, tornando-se meros orientadores, aconselhadores, apoiadores e encaminhadores de demandas.

Neste contexto, podemos considerar a importância da realização de um trabalho a médio e longo prazo, sem desconsiderar as situações limites no cotidiano de atuação dos profissionais, que necessitam de respostas imediatas. As medidas paliativas e os atendimentos em curto prazo tornam distante a possibilidade de efetivar o projeto ético-político do serviço social nos espaços ocupacionais, fazendo com que os profissionais atendam as demandas institucionais, que por vezes não são as demandas de seus usuários. Seguindo este viés, as ações dos assistentes sociais passam a estigmatizar e rotular os usuários em meio à seletividade, exclusão e focalização que norteiam as políticas sociais.

Ou seja, o trabalho profissional resume-se a verificar o grau de pobreza necessária para inserir o usuário nos critérios de exclusão determinados pela política social e/ou delegar a outros esta inserção ou exclusão a partir de encaminhamentos. Abre-se mão, assim, de verificar todos os dados, situações, indícios e informações disponíveis que assegurem o acesso aos recursos disponíveis para e/ou se exerça pressão a criação dos recursos necessários. (VASCONCELOS, 2009, p. 417).

Sendo assim, é fundamental que os assistentes sociais pensem estrategicamente, a fim de superar as barreiras que permeiam os interesses de seus usuários e da instituição, realizando ações que atendam as demandas e necessidades da população usuária dos serviços sociais que operacionaliza. Cabe aos profissionais desvendar as contradições existentes nos espaços de atuação, analisando a realidade e adquirindo conhecimento para facilitar o acesso aos bens e serviços, promovendo assim, relações democráticas entre os sujeitos, a instituição e os profissionais envolvidos neste âmbito. É necessário que, acima de tudo, o assistente social seja acessível aos seus usuários, visto que este profissional é a porta de entrada da população, e sem receptividade e proximidade com os cidadãos, não há como conhecer a realidade social em que se inserem, muito menos superar os desafios e as barreiras existentes.

Quanto maior for a aproximação dos assistentes sociais com os segmentos da sociedade civil, maior será a força que este profissional encontrará para extrapolar as barreiras impostas pelos critérios de seletividade das políticas sociais. Sem essa aproximação, os profissionais passam a não ter elementos suficientes para estabelecer articulações e realizar uma análise crítica da realidade, tornando-se então, coniventes com a ausência do Estado e a omissão dos direitos da população. Os assistentes sociais necessitam de clareza política,

transparência e comprometimento ético para atuar em prol dos interesses da sociedade civil e aliar-se a ela no intuito de ampliação das conquistas.

No entanto, existem novas relações entre o Estado, mercado e a sociedade civil. Conforme Raichelis (1998) aborda, o Estado possui como motivo de sua existência, a abrangência daquilo que é do público, sendo que o capitalismo possui como ideal em sua essência o privado, aquilo que privilegia tal classe/grupo social. Sendo assim, a publicização de transferência daquilo que está na esfera privada para a esfera pública, evidencia que o Estado não é apenas um Estado burguês, ou seja, não pode continuar sendo apropriado única e exclusivamente pela burguesia, pois a luta de classes condiciona “... a publicização do Estado a partir da dinâmica contraditória da sociedade, permitindo a constituição de sujeitos coletivos no seu interior.” (RAICHELIS, 1998, p. 57). Neste viés, compreende-se que a esfera pública nega, de todas as formas, reconhecer que o Estado atende aos interesses da lógica capitalista e do mercado, afirmando que não existe dominação da classe burguesa para com este, mas sim que a sua existência permanece exclusivamente para atender as demandas da sociedade civil.

Portanto, é importante que o assistente social desvende as mazelas da questão social, possibilitando a reivindicação de direitos à população, fortalecendo a luta de classes e vinculando a prática profissional junto às ações da sociedade civil. Existem alternativas e possibilidades de atuação que surgem no decorrer do cotidiano de trabalho, portanto os profissionais precisam se apropriar dos recursos vigentes para obter resultados em seus projetos, programas, políticas, etc.

Compreendemos que sempre existe uma maneira de se conquistar espaço e adquirir potencialidade para intervir na realidade, apesar da existência das contradições e conflitos inerentes que permeiam a profissão. É importante reconhecer que existem dificuldades no exercício profissional, porém a realidade deve ser observada em sua totalidade sem definições pré-julgadas e inalteráveis, para que a prática não seja reduzida ao mero conformismo e comodismo tornando a atuação profissional insignificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo, Cortez: 2012.

BISNETO, José Augusto. “A Análise Institucional no processo de renovação do Serviço Social no Brasil”. In: VASCONCELOS, Eduardo (Org.). **Saúde Mental e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ “A Análise Institucional”. In: **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARDOSO, Beatriz K. **Regularização Fundiária e o Programa Habitar Brasil BID em Santa Catarina: uma avaliação**. Florianópolis, 2005. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_06_2010_17.53.51.4bd620cf7c7794046de5b518799d1213.pdf. Acesso em: 11/01/2013.

Código de ética do/a assistente social. Lei8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 05/11/2012.

COUTO, Eduardo Luis e GODOY, Mariana Molina. **O congresso da virada de 1979 e o projeto ético-político profissional**. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1963/2092>. Acesso em: 28/10/2012.

HOFFMEISTER, Angélica Rodrigues. **Serviço Social, Ética e a complexa natureza das relações sociais profissionais**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____ “Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social”. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009, 1ª ed., v.1, p. 01-40.

_____ **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARQUES, Cheyenne Vieira. **A participação dos usuários no Programa Habitar Brasil BID – Mocotó: desafios para a intervenção profissional do serviço social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

MIRANDA, Rogério. **Caracterização do crescimento das favelas em Florianópolis como uma contribuição para o gerenciamento de projetos de habitação popular**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Tecnologia do SENAI. Curso de Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos. Florianópolis, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”. **Serviço Social: ética, deontologia e projetos profissionais**. Lisboa/Madrid/ S. Paulo: 2001.

_____ **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br>. Acesso em: 22/11/2012.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. Disponível em: <http://www.minhacasaminhavida.mt.gov.br/mcmv/>. Acesso em 02/11/2012.

RAICHELIS, Raquel. “O trabalho do assistente social na esfera estatal.” In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria de. “Para além da escolha de Sofia. Tendências atuais da prática profissional dos assistentes sociais na rede de saúde do município do Rio de Janeiro”. In: **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, Maria Camelita. “Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009, 1ª ed., v. 1, p. 143-163.